



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 001

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição Durval Amaral
PTB Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães Filho
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PPB
PT
PDT
PSL
PL
PPS

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca Filho - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Alexandre Khury - Artagão Júnior - Bradock - Caíto Quintana - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 07: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus - Plauto Guimarães - Rafael Grecca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Homero Barbosa - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Wanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Nelson Tureck; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli Miltinho Pupio - PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PTB - 03: Carlos Simões - Luiz Accorsi - Valdir Rossoni; PL - 02: Francisco Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PRP - 01: Jocelito Canto; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE FEVEREIRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Khury, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Grecca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Costa Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 062/2002

Curitiba, 27 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser

apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder reposição salarial às carreiras de delegado de polícia, procuradores do Estado e advogados do Quadro Especial do Poder Executivo do Estado do Paraná.

O plano de lei em referência é de elevado significado, eis que virá atender justa e antiga reivindicação de importantes categorias funcionais dos quadros de pessoal do Poder Executivo que por serem regidos por preceitos constitucionais específicos e por legislação própria, ainda não tinham sido beneficiados. No texto da presente proposição está previsto que o benefício em causa será implantado em 03 (três) parcelas semestrais, contadas de 1º de janeiro de 2003 e pagas com recursos orçamentários consignados na Lei de Meios do Poder Executivo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reposição salarial às carreiras de delegado de polícia, procuradores do Estado e advogados do Quadro Especial do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 2º - A correção de que trata o artigo anterior será calculada sobre os respectivos vencimentos básicos, pela variação do IGPM ocorrida da última atualização salarial das carreiras, até a data da presente lei.

Art. 3º - Os benefícios decorrentes da presente lei, serão concedidos em 03 (três) parcelas semestrais, contadas a partir de 01 de janeiro de 2003, com recursos decorrentes de dotações orçamentárias específicas do Poder Executivo, com os respectivos cancelamentos necessários.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº AL000388/2002, da senhora Mônica Messenberg Guimarães, secretária executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$11.708,32, a parcela nº 11 do Programa Recomeco. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000407/2002, da senhora Mônica Messenberg Guimarães, secretária executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$11.708,48, a parcela nº 12 do Programa Recomeco. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 002/2003, da senhora Vera Beatriz Prince Gomes, gerente geral em exercício da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos financeiros em 15/01/2003, no valor de R\$9.754,47, destinados a esse Estado, através da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codapar, referente à parcela do contrato nº 123.787-99, assinado em 20/12/2001, Programa Reforma Agrária, assentamento Chapadão no município de Laranjal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 232/2002, do senhor Antônio de Pádua Nacif, gerente geral da Embrapa Café, comunicando que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa e o Estado do Paraná, através do Instituto Agrônomo do Paraná-Iapar, firmaram convênio de Cooperação Técnica e Financeira, no valor total de R\$299.821,00, sendo R\$249.421,00, proveniente da Embrapa e R\$50.400,00, de contrapartida. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 178/2002, do senhor José Pereira da Silva, diretor do DGFNAS, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná, no valor de R\$304.000,00, referentes ao Programa de Geração de Emprego e Renda para as Famílias do Peti, conforme plano de trabalho apresentado por esse Estado e aprovado pela Secretaria de Estado de Assistência Social. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2205/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou os recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Floresta - Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2254/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou os recursos do convênio com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Pérola D'Oeste - Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2285/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou os recursos do convênio com a

Sociedade Rural de Ibiporã - Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2301/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou os recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná - Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2310/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou os recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de São João do Caiuá - Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2320/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou os recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Terra Roxa - Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 177/2002, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, encaminhou cópia da(s) planilha(s) informando a transferência de recursos para o(s) Fundo(s) Municipal(is) de Assistência Social - Paraná, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Comunitária/2002 no(s) mês(es) indicado(s) na(s) mesma(s).

Sob o nº 779/2002, do senhor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando exemplar do Relatório de Atividades do citado Tribunal, relativo ao 2º trimestre de 2002.

Sob o nº 159/2003, da senhora Maria Tereza Uille Gomes, procuradora geral de Justiça do Estado, solicitando o desarquivamento e a conseqüente recolocação na pauta dos trabalhos legislativos no exercício corrente para apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 760/2002, de iniciativa dessa Instituição, que dispõe sobre a incorporação ao vencimento básico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná da Gratificação de Assiduidade instituída pela Lei nº 13.628, de 11 de junho de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 160/2003, da senhora Maria Tereza Uille Gomes, procuradora geral de Justiça do Estado, solicitando o desarquivamento e a conseqüente recolocação na pauta dos trabalhos legislativos no exercício corrente para apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 761/2002, de iniciativa dessa Instituição, que dispõe sobre a criação do cargo de Oficial de Promotoria Nível I para compor o

Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 113/2003, do senhor Homero Mateus Fonseca, diretor de Administração e Finanças - substituto, comunicando Convênio nº 217/2000, entre a Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. O valor total do convênio é de R\$1.800.000,00, sendo os recursos concernentes e repassados pela Embratur no valor de R\$1.500.000,00, e a contrapartida da ordem de R\$300.000,00, com período de vigência compreendido entre 30/11/2002 a 30/04/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 130/2003, do senhor Homero Mateus Fonseca, diretor de Administração e Finanças - substituto, comunicando Convênio nº 34/2001, entre a Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e a Paraná Turismo. O valor total do convênio é de R\$100.000,00, sendo os recursos concernentes e repassados pela Embratur no valor de R\$80.000,00, com período de vigência compreendido entre 06/07/2001 a 31/12/2002, conforme 1º Termo Aditivo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 112/2003, do senhor Homero Mateus Fonseca, diretor de Administração e Finanças - substituto, comunicando Convênio nº 53/2002, entre a Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e a Paraná Turismo. O valor total do convênio é de R\$43.900,00, sendo os recursos concernentes e repassados pela Embratur no valor de R\$39.500,00, com período de vigência compreendido entre 04/07/2002 a 30/07/2002, e o prazo final para apresentação da prestação de contas expirará em 28/02/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/606/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 432/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/607/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 124/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/617/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 649/2002, de autoria do Poder Executivo, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 611, 614, 619, 621, 623, 624, 625, 626, 627, 630, 631, 632, 633, 634, 635,

636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704 e 705/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

478/2002: De autoria do deputado Elio Lino Rusch que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Prefeitura Municipal de Cafelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.903. **Anote-se - Arquivo-se.**

475/2002: De autoria da Comissão Executiva que, autoriza a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através da resolução, instituir o Quadro Próprio do Poder Legislativo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.950. **Anote-se - Arquivo-se.**

741/2002: De autoria do Tribunal e Contas que, cria no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, os cargos que especifica e altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 13.435/2002, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.951. **Anote-se - Arquivo-se.**

043/2002: De autoria da Procuradoria Geral de Justiça que, cria no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, os cargos que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.952. **Anote-se - Arquivo-se.**

637/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Comunidade Hebraica Cristã, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.953. **Anote-se - Arquivo-se.**

697/2002: De autoria do Poder Executivo que, prorroga para 20 de dezembro de 2002, os prazos constantes do *caput* do parágrafo 1º e do inciso IV do parágrafo 3º, todos do artigo 1º, da Lei nº 13.798/2002, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.954. **Anote-se - Arquivo-se.**

660/2002: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável no valor de US\$750.000,00 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implementação do Programa de Sistema de Transporte Urbano Sustentável do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.955. **Anote-se - Arquivo-se.**

618/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, autoriza compensação de débitos com o FDE, de ativos adquiridos pelo Estado, do Banestado S/A, por força de contrato de 30/06/98, entre a União e Estado do Paraná, com precatórios contra a Fazenda Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.956. **Anote-se - Arquivo-se.**

693/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, dispõe que é facultado às associações locais, regionais ou setoriais de usuários de recursos hídricos e aos consórcios intermunicipais de bacia hidrográfica, optarem pela obtenção de reconhecimento como de utilidade pública, conforme específica, a qual convertido em Lei tomou o nº 13.949. **Anote-se - Arquivo-se.**

696/2002: De autoria do Poder Executivo que, aprova as tabelas correspondentes à base de cálculo do IPVA, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.957. **Anote-se - Arquivo-se.**

180/2002: De autoria do ex-deputado Sérgio Spada que, dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 13.452, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.968. **Anote-se - Arquivo-se.**

763/2002: De autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, destinado à instalação do Posto do Corpo de Bombeiros/Siate-CIC-Sul da Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.958. **Anote-se - Arquivo-se.**

564/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, acresce alíneas “q”, “r” e “s” ao inciso II, do artigo 14 da Lei nº 11.580, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.972. **Anote-se - Arquivo-se.**

263/2000: De autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.974. **Anote-se - Arquivo-se.**

731/2002: De autoria do deputado Nereu Moura que, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.976. **Anote-se - Arquivo-se.**

608/2002: De autoria do Poder Executivo que, revoga a Lei nº 13.224/2001 e restaura os efeitos das Leis nºs 12.941/2000 e 12.954/2000, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.977. **Anote-se - Arquivo-se.**

770/2002: De autoria do Poder Executivo que, veda aos proprietários, possuidores ou locatários de imóveis localizados no Estado do Paraná e que sejam utilizados como espaços culturais relevantes, incluídos teatros e cinemas, a alteração do uso, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.978. **Anote-se - Arquivo-se.**

728/2002: Do Poder Executivo, que redefine conforme específica, os limites do Parque Estadual do Boguaçu, no município de Guaratuba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o nº 13.979. **Anote-se. Arquivo-se.**

774/2002: De autoria da Comissão Executiva que, dispõe sobre a remuneração mensal do governador do Estado, do vice-governador do Estado e dos membros da Assembléia Legislativa, conforme específica, o qual con-

vertido em Lei tomou o nº 13.981. **Anote-se - Arquivo-se.**

563/2002: De autoria do deputado Cezar Silvestri que, concede o título de “Cidadão Benemérito do Paraná” ao senhor Alfredo Gelinski, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.873. **Anote-se - Arquivo-se.**

700/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Aterrado Alto-Acater, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.874. **Anote-se - Arquivo-se.**

591/2002: De autoria do deputado Fernando Ribas Carli que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Banhado Grande, com sede e foro no município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.875. **Anote-se - Arquivo-se.**

590/2002: De autoria do deputado Fernando Ribas Carli que, declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Turvo, com sede no município de Turvo e foro no município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.876. **Anote-se - Arquivo-se.**

589/2002: De autoria do deputado Fernando Ribas Carli que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo, com sede no município de Cantagalo e foro no município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.877. **Anote-se - Arquivo-se.**

586/2002: De autoria do deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Butiatuvinha - Contorno Norte, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.878. **Anote-se - Arquivo-se.**

582/2002: De autoria do ex-deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Carita de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.879. **Anote-se - Arquivo-se.**

587/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio estadual Vicente Leporace - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.880. **Anote-se - Arquivo-se.**

578/2002: De autoria do ex-deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.881. **Anote-se - Arquivo-se.**

576/2002: De autoria do deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação de Criadores de Gado Jersey do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.882. **Anote-se - Arquivo-se.**

573/2002: De autoria do ex-deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Assistência Social do Homem Rural da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo,

com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.883. **Anote-se - Arquivo-se.**

572/2002: De autoria do ex-deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, com sede e foro no município de Campinas - Estado de São Paulo e Regional Paraná nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.884. **Anote-se - Arquivo-se.**

548/2002: De autoria do ex-deputado Antonio Carlos Baratter que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Enéas Marques, com sede no município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.885. **Anote-se - Arquivo-se.**

544/2002: De autoria do ex-deputado Luiz Carlos Alborghetti que, declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário - Codes, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.886. **Anote-se - Arquivo-se.**

517/2002: De autoria do ex-deputado Luiz Fernandes Litro que, declara de Utilidade Pública a Associação Garra de Judô e Karatê, com sede e foro no município de Dois Vizinhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.887. **Anote-se - Arquivo-se.**

514/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dom Pedro II - Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.888. **Anote-se - Arquivo-se.**

513/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.889. **Anote-se - Arquivo-se.**

511/2002: de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vicente Lopes - Ensino Pré e 1º Grau, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.890. **Anote-se - Arquivo-se.**

509/2002: de autoria do ex-deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro dos Gonçalves, com sede e foro no município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.891. **Anote-se - Arquivo-se.**

487/2002: de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Criadores de Gado Jersey do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.892. **Anote-se - Arquivo-se.**

470/2002: de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associa-

ção Assistencial Novo Mundo, com sede e foro no município de Carambeí e foro no município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.893. **Anote-se - Arquivo-se.**

457/2002: de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras dos Rotarianos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.894. **Anote-se - Arquivo-se.**

449/2002: de autoria do ex-deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Assistência ao Paciente com Câncer Cíntia Cristina de Oliveira Souza, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.895. **Anote-se - Arquivo-se.**

364/2002: de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro de Santa Terezinha, com sede e foro no município de Clevelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.896. **Anote-se - Arquivo-se.**

253/2002: de autoria do ex-deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.897. **Anote-se - Arquivo-se.**

533/2002: de autoria do ex-deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense Pró-Desenvolvimento Sustentável - Apades, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.898. **Anote-se - Arquivo-se.**

456/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Ensino Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Rancho Alegre d'Oeste e foro no município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.899. **Anote-se - Arquivo-se.**

657/2002: de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 9982, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Carambeí, com sede no município de Carambeí e foro no município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.904. **Anote-se - Arquivo-se.**

614/2002: de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Serraria do Rocha, com sede e foro na cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.905. **Anote-se - Arquivo-se.**

117/2002: de autoria do ex-deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Igreja Presbiteriana de Jataizinho com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.906. **Anote-se - Arquivo-se.**

290/2002: de autoria do ex-deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Francisco Con-

salter, com sede e foro no município de Jaguapitã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.907. **Anote-se - Arquivo-se.**

546/2002: de autoria do ex-deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Vida - Aprovi, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.908. **Anote-se - Arquivo-se.**

500/2002: de autoria do ex-deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Casa da Solidariedade Rafaela, com sede e foro no município de Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.909. **Anote-se - Arquivo-se.**

598/2002: de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Crencri - Centro de Recuperação Novas de Cristo, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.910. **Anote-se - Arquivo-se.**

599/2002: de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social - Amas, com sede e foro na cidade de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.911. **Anote-se - Arquivo-se.**

611/2002: de autoria da ex-deputada Serafina Carilho, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Santa Mônica, com sede e foro no município de Colorado, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.912. **Anote-se - Arquivo-se.**

612/2002: de autoria da ex-deputada Serafina Carilho, que declara de Utilidade Pública a Associação Distrital de Alto Alegre - Adaal, com sede e foro no município de Colorado, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.913. **Anote-se - Arquivo-se.**

623/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.914. **Anote-se - Arquivo-se.**

633/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Antilhas, Novo Mundo e Cidade Nova - Amanci, com sede e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.915. **Anote-se - Arquivo-se.**

638/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede e foro no município de Siqueira Campos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.916. **Anote-se - Arquivo-se.**

653/2002: de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação do Grupo de Apoio às Famílias Carentes, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.917. **Anote-se - Arquivo-se.**

655/2002: de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Assis-

tencial Nova Aliança - Sana, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.918. **Anote-se - Arquivo-se.**

656/2002: de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Bela Vista - Amista, com sede e foro no município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.919. **Anote-se - Arquivo-se.**

129/2002: de autoria do ex-deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração Unidos com Cristo - CRUC, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.920. **Anote-se - Arquivo-se.**

542/2002: de autoria do ex-deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Positiva Aliança Pela Vida, com sede e foro no município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.921. **Anote-se - Arquivo-se.**

610/2002: de autoria da ex-deputada Serafina Carilho, que declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário Metodista de Maringá, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.922. **Anote-se - Arquivo-se.**

603/2002: de autoria do ex-deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Nova, com sede e foro no município de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.923. **Anote-se - Arquivo-se.**

646/2002: de autoria dos ex-deputados Edson Praczyk e Algaci Tulio, que declaram de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Paciente com Doença Renal, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.924. **Anote-se - Arquivo-se.**

199/2002: de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santos Dumont, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.925. **Anote-se - Arquivo-se.**

597/2002: de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Judô Kaikan, com sede e foro no município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.926. **Anote-se - Arquivo-se.**

605/2002: de autoria do ex-deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Marianense Estudantil - AME, com sede e foro no município de Santa Mariana, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.927. **Anote-se - Arquivo-se.**

606/2002: de autoria do ex-deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora das Graças, com sede e foro no município de Nova Esperança, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.928. **Anote-se - Arquivo-se.**

617/2002: de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Representantes dos Produtores e Colhedores de Laranja do Noroeste do Paraná - Arproclan, com sede e

foro no município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.929. **Anote-se - Arquivo-se.**

334/2002: de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Sebastião do Rodeio, com sede no município de Novo Itacolomi e foro no município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.930. **Anote-se - Arquivo-se.**

645/2002: de autoria do ex-deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho, com sede e foro no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.931. **Anote-se - Arquivo-se.**

198/2002: de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Metropól, com sede e foro no município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.932. **Anote-se - Arquivo-se.**

561/2002: de autoria do ex-deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública o Ministério Kerygma, com sede e foro no município de Ibiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.933. **Anote-se - Arquivo-se.**

669/2002: de autoria do ex-deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Estudantes de Direito - APED, com sede e foro na comarca de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.934. **Anote-se - Arquivo-se.**

237/2002: de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.935. **Anote-se - Arquivo-se.**

616/2002: de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cecília Meireles - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubatã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.936. **Anote-se - Arquivo-se.**

257/2002: de autoria do ex-deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Leão e Vizinhaça, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.937. **Anote-se - Arquivo-se.**

328/2002: de autoria da ex-deputada Serafina Carriello, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Voluntários Por Amor a Iguaçu, com sede no município de Iguaçu e foro no município de Astorga, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.938. **Anote-se - Arquivo-se.**

596/2002: de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do

Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.939. **Anote-se - Arquivo-se.**

600/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Assistência Social de Abatiá - Acasa, com sede no município de Abatiá e foro no município de Ribeirão do Pinhal, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.940. **Anote-se - Arquivo-se.**

607/2002: de autoria do ex-deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tamboara, com sede no município de Tamboara e foro no município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.941. **Anote-se - Arquivo-se.**

668/2002: de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maria Helena, com sede no município de Maria Helena e foro no município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.942. **Anote-se - Arquivo-se.**

680/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar da Criança Jesus Amigo, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.943. **Anote-se - Arquivo-se.**

677/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes Universitários Tavoense, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.944. **Anote-se - Arquivo-se.**

681/2002: de autoria do ex-deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Ginástica Artística - Alga, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.945. **Anote-se - Arquivo-se.**

666/2002: de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Indigenista - Assindi, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.946. **Anote-se - Arquivo-se.**

686/2002: de autoria do ex-deputado Irineu Colombo, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 13.405/2001, declarando de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Chico Xavier, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.948. **Anote-se - Arquivo-se.**

685/2002: de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Amalice - Associação Maria Lígia Cercal de Apoio aos Pacientes do Serviço de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.947. **Anote-se - Arquivo-se.**

740/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que regulamenta o pedido de vistas, adiamento e novas audiências de processos, de qualquer natureza, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado, o qual con-

vertido em Lei tomou o nº 13.983. **Anote-se - Arquite-se.**

042/2002: da Procuradoria Geral de Justiça, que cria cargos no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.984. **Anote-se - Arquite-se.**

726/2002: do Poder Executivo, que dispõe sobre a Taxa de Segurança, de que trata o artigo 4º, da Lei nº 7257/79, com suas alterações posteriores, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.985. **Anote-se - Arquite-se.**

771/2002: do Poder Executivo, que altera conforme especifica, a estrutura administrativa do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.986. **Anote-se - Arquite-se.**

OF/CTL/SEEG Nº 061/2003

Curitiba, 18 de Fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Através deste, venho à presença de V. Exa. para, na forma do preceito contido no art. 54, inciso XIX, letra “b”, da Constituição Estadual, submeter à deliberação dessa augusta Assembléia Legislativa o nome do vice-prefeito, advogado José Maria de Paula Correia, RG nº 587.582-PR, para ser nomeado interventor do Estado no município de Matinhos, cuja intervenção, objeto do Decreto nº 496, de 14 do corrente mês, mereceu a necessária aprovação dessa Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

OFÍCIO Nº 159

Curitiba, 03 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente, para solicitar a V. Exa. o desarquivamento e a conseqüente re colocação na pauta dos trabalhos legislativos no exercício corrente para apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 760/2002, de iniciativa desta instituição, encaminhado a essa presidência, através do Ofício PGJ nº 2.638, de 04 de dezembro de 2002, protocolado nessa Casa de Leis sob o nº 9962, de 04.12.2002, que dispõe sobre a incorporação ao vencimento básico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná, da Gratificação de Assiduidade instituída pela Lei nº 13.628, de 11 de junho de 2002.

A citada proposta está devidamente justificada, inclusive, com a determinação do impacto financeiro, conforme preceitua a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e tem por objetivo conferir aos servidores do Quadro do Ministério Público igual tratamento dado pelo art. 39, da lei nº 13.757, de 09 de setembro de 2002, aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo Estadual, assegurando, assim, a isonomia constitucional entre os servidores públicos estaduais.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa Casa de leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, consigno a V. Exa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,
(a) MARIA TEREZA UILLE GOMES
Procuradora-Geral de Justiça

OFÍCIO Nº 2638

Curitiba, 04 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. anteprojeto de lei e respectiva justificativa, dispondo sobre a incorporação ao vencimento básico do Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná a Gratificação de Assiduidade instituída pela Lei nº 13.628, de 11 de junho de 2002.

A presente proposta tem por objetivo conferir aos servidores do Quadro do Ministério Público igual tratamento dado pelo art. 39, da Lei nº 13.757, de 09 de setembro de 2002, aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo Estadual, assegurando, assim, a isonomia constitucional entre os servidores públicos estaduais.

Contando mais uma vez, com a habitual atenção que V. Exa. tem dedicado aos altos interesses do Ministério Público do Estado do Paraná, e certo de contar com seu integral apoio à pretensão ora manifestada, consigno a garantia de minha mais elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,
(a) MARIA TEREZA UILLE GOMES
Procuradora-Geral de Justiça

OFÍCIO Nº 160

Curitiba, 03 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente, para solicitar a V. Exa. o desarquivamento e a conseqüente re colocação na pauta dos trabalhos legislativos no exercício corrente para apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 761/2002, de iniciativa desta instituição, encaminhado a essa presidência, através do Ofício PGJ nº 2.301, de 03 de dezembro de 2002, protocolado nessa Casa de Leis sob o nº 9963, de 04.12.2002, que dispõe sobre a criação do cargo de Oficial de Promotoria Nível I para compor o Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná.

Tal medida está devidamente justificada, inclusive, com a determinação do impacto financeiro, conforme preceitua a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e visa a aumentar a eficiência e eficácia do corpo funcional do Ministério Público paranaense, criando um quadro efetivo de servidores para prestar apoio às Promotorias de Justiça, com atribuições de auxiliar o Promotor de Justiça na realização de diligências na busca de elementos informativos e provas necessárias às atividades das Promotorias, cujos cargos serão providos mediante habilitação em concurso público.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, consigno a V. Exa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,
(a) MARIA TEREZA UILLE GOMES
Procuradora-Geral de Justiça
OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 18 de fevereiro de 2003.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON GARCIA

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Conforme art. 10, parágrafo 2º do Regimento Interno, comunicamos a V. Exa. que a Liderança do Partido Liberal - PL, será exercida pelo deputado Chico Noroeste.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de elevada estima e apreço.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) CHICO NOROESTE
EDSON PRACZYK

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os deputados abaixo assinados indicam o deputado Neivo Beraldin, para exercer a função de Líder da Bancada do PDT, na Assembléia Legislativa, no período de 2003 e 2004.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) NEIVO BERARDIN, AUGUSTINHO ZUCCHI, JOSÉ MARIA FERREIRA, BARBOSA NETO, VANDERLEI IENSEN e RENATO GAÚCHO.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

De acordo com o art. 10, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, temos o prazer de comunicar a V. Exa. que o nosso nome foi indicado como líder do Partido Socialista Brasileiro- PSB.

Comunicamos ainda que o vice-líder do PSB - Partido Socialista Brasileiro, é o deputado estadual Luciano Ducci.

Face ao exposto, solicitamos oficialização deste pedido, assim como, a designação do gabinete da referida liderança.

Na oportunidade cumprimentamos V. Exa. pela brilhante vitória obtida na votação de presidente da nossa Casa.

Aproveitamos para colocar o nosso gabinete à disposição de V. Exa.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 18.2.2003.

(aa) RATINHO JÚNIOR,
RENI PEREIRA
LUCIANO DUCCI

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Nós, deputados da Bancada do PSD - Partido da Social Democracia Brasileira, abaixo subscritos, indicamos honrosamente o deputado Ademar Luiz Traiano, para exercer o cargo de Líder do nosso partido nesta Casa de Leis, pelo período de 02 anos.

Certo de vosso entendimento, ficamos gratos elevando protestos de grande estima, apreço e consideração.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 18.02.2003

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO
FRANCISCO BUHRER
NELSON TURECK

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, vêm comunicar a V. Exa., para os efeitos legais, que reunidos, resolvem, indicar o deputado Duílio Genari como Líder da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - PPB, nesta Casa, conforme artigos 10 e 11 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Comunicam ainda, que os demais deputados respondem pela vice-liderança da bancada.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI, CIDA BORGHETTI,
FERNANDO RIBAS CARLI e MILTINHO
PUPIO.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Nós deputados do Partido da Frente Liberal - PFL, indicamos o nome do deputado estadual Plauto Miró Guimarães Filho, para a Liderança do PFL, para o período legislativo que se inicia em fevereiro de 2003.

Sala das Sessões, em 18.02.2003

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DURVAL AMARAL, NELSON GARCIA, ELIO RUSCH e CLEITON KIELSE.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os deputados abaixo assinados, fundamentados no artigo 1º, parágrafo 2º, indicam a deputada Luciana Rafagnin como líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) ÂNGELO VANHONI, ELTON CARLOS WELTER, NATÁLIO STICA, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS, HERMES FONSECA, PADRE PAULO CAMPOS e TADEU VENERI.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os deputados abaixo assinados, fundamentados no artigo 1º, parágrafo 2º, indicam o deputado Antonio Martins Anibelli, como líder da Bancada do PMDB.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) ADEMIR BIER, ARTAGÃO JÚNIOR, ELZA CORREIA, NEREU MOURA, ALEXANDRE KHURY, DOBRANDINO DA SILVA e DELEGADO BRADOCK.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Conforme entendimento dos deputados da Bancada do PPS - Partido Popular Socialista, abaixo subscritos, indicamos honrosamente o deputado Waldir Leite, para exercer o cargo de líder do nosso Partido nesta Casa de Leis.

Certo de vosso entendimento, ficamos gratos elevando protestos de grande estima, apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) WALDIR LEITE
ARLETE CARAMÊS
MARCOS ISFER

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, comunicam à Mesa Executiva e Plenário desta Casa, que o líder do Partido Social Liberal - PSL é o deputado Luiz Carlos Martins.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS
GERALDO CARTÁRIO

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 088**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final para o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2003, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 055

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

01) O re-envio do pedido de informações, já aprovado na Sessão Ordinária do dia 19 de junho de 2001, ao Governo do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

a) prestação de contas do Banco do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1998, não fornecidas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como o Programa de Saneamento do Banestado;

b) prestação de contas do governo do Paraná, referente aos anos de 1999/2000;

c) relatório dos técnicos do Tribunal de Contas referente às auditorias realizadas no Programa Projeto Qualidade de Ensino Público na Educação (PQE), contendo pareceres com ressalvas;

d) qual o valor recebido por empresa vencedora da licitação de publicidade do governo, como e para onde destinou os recursos recebidos, especificar os nomes dos veículos beneficiados, valores e datas das assinaturas dos contratos com cópias dos mesmos, justificando as despesas;

e) contratos da venda das partes da Copel e da Sanepar, comprometimento com Bolsas de Valores e BNDES;

f) discriminação das despesas para implantação das montadoras de veículos e empresas fornecedoras instaladas no Paraná, incluindo os investimentos da Sanepar e Copel para que se efetivasse a instalação das indústrias.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação e à Paranaeducação, para informar se haverá contratação de professores para o ensino público, mediante contrato de trabalho regido pela CLT.

Em caso positivo, qual o número de professores que serão contratados, como será procedida a seleção dos candidatos e quando assumirão suas funções e respectiva remuneração?

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento de documentação referente ao Projeto de Lei nº 701/2002 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento de Célio João Toaldo, ocorrido no domingo, 09 de fevereiro de 2003, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Bairro de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio de Célio João Toaldo, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

Célio João Toaldo era esposo de Jaqueline Karwel, família tradicional do bairro.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Célio João Toaldo.

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento de Antônio Carlos Strapasson, ocorrido no domingo, 09 de fevereiro de 2003, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Bairro de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio de Antônio Carlos Strapasson, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

Antônio Carlos Strapasson era esposo de Maria de Lourdes Strapasson, família tradicional do bairro.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Antônio Carlos Strapasson.

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento de Ari Túlio, ocorrido na terça-feira, dia 11 de fevereiro de 2003, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Bairro de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio

de Ari Túlio, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

Ari Túlio era esposo de Ana Maria Túlio, família tradicional do bairro.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Ari Túlio.

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Levi Matoso, em 15 de fevereiro de 2003, no município de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada e aos ex-colegas de função através do senhor Jair Vidal Pinto, delegado da 7/5 Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Foz do Iguaçu, na Rua da República, 98, Parque Presidente, CEP: 85863-756, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Solicita ainda a ciência a toda corporação da Polícia Rodoviária Federal através do senhor Hélio Cardoso Derene, Superintendente do DPPRF/PR na Rua Vitor Ferreira do Amaral, bem como ao senhor Reginaldo Agner da Silva, presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários do Estado do Paraná na Rua Delegado Leopoldo Belczak, 491, sala 04, CEP: 82.800-220, Bairro Capão da Imbuia, no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem contribuiu por 38 anos prestando serviços à população do município de Foz do Iguaçu e região, bem como de tantos usuários e turistas que freqüentam a região, deixando enlutada a família, 04 filhos, a comunidade iguaçuense, a classe da Polícia Rodoviária Federal de Foz do Iguaçu e do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente:

O deputado Ratinho Junior, de acordo com o artigo 129 e 132 parágrafo único, inciso III do RI, respeitosamente propõe a V. Exa. a aprovação do presente requerimento ao Plenário desta Casa, conforme segue:

Aprovação de votos de regozijo por ocasião das comemorações dos oitenta e quatro anos do jornal a Gazeta do Povo, ocorrido no dia três de fevereiro de 2003, na pessoa do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da RPC - Rede Paranaense de Comunicação, cujo jornal é hoje um patrimônio do povo do Paraná por toda a sua história e principalmente por ter

sempre encampado campanhas a favor dos interesses mais legítimos de nosso povo e do Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 035

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações a todos os diretores da Rede Estadual de Ensino do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão pela assunção ao cargo, e que foram referendados pelo voto de professores e funcionários.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dado ciência aos diretores das escolas estaduais.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 036

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao professor José Lopes Rodrigues, pelo excelente trabalho realizado à frente da Chefia do Núcleo Regional de Educação de Goioerê / PR.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dado ciência ao professor José Lopes Rodrigues (Rua Cuiabá, 823 - Jardim Lindóia - CEP 87360-000 - Goioerê / PR).

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações a professora Maria de Lourdes Maia Polizzer, pelo excelente trabalho realizado à frente da Chefia do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão - PR.

Requer ainda, que da decisão deste, seja dado ciência a professora Maria de Lourdes Maia Pollizer (Rua João Seratiuk, 153 - CEP 87302-010 - Campo Mourão / PR).

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 056

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Triunfo, pela passagem de seus 113 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Olisses Bacil, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Acir Vagner, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 15 de fevereiro próximo, o município de São João do Triunfo estará em festa, pois, toda a população vê transcorrer os 113 anos de sua emancipação política.

Parabenizamos toda a população que não mede esforços prestando sempre a imprescindível colaboração para o desenvolvimento cada vez maior do município. Pois, entendemos que a melhor forma é dividir responsabilidades criando-se um elo de participação entre a comunidade e a administração.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumprimenta efusivamente a população de São João do Triunfo, certos de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à Imprensa Oficial do Estado, pela valorização do nosso povo, da nossa cultura e das nossas riquezas, como demonstrou na elaboração de sua agenda de 2003, trazendo como tema a Colônia Sutil localizada em Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. João Carlos de Almeida, diretor-presidente do DIOE, através de correspondência a ser encaminhada à Rua dos Funcionários, 1645 - CEP 80.001-970, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pela celebração das bodas de ouro dos comerciantes e pioneiros do município de Santa Terezinha de Itaipu.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família através do vereador presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Sr. Adilon Pereira, na Rua das Comunicações, 1828 - CEP 85875-000,

município de Santa Terezinha de Itaipu, estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este poder presta a quem contribuiu para o desenvolvimento do Oeste, sendo uma das famílias pioneiras que desbravaram o solo da antiga Vila Criciúma, hoje município de Santa Terezinha de Itaipu.

O Sr. Ivo Nandi e a Sra. Antonia constituíram família de 08 filhos e 20 netos, o quais ainda hoje continuam contribuindo para o desenvolvimento do município não só no aspecto econômico na geração de empregos como também no aspecto familiar onde constitui-se como exemplo de formação e educação de filhos e netos para toda a comunidade de Santa Terezinha de Itaipu e região.

REQUERIMENTO Nº 093

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais (artigo 129 e 132, parágrafo único, II do RI), REQUER à Presidência desta Assembléia, após ouvido o Plenário, a aprovação de votos de regozijo e cumprimentos, como segue:

“Aprovação de votos de regozijo e cumprimentos, por ocasião das comemorações dos oitenta e quatro anos de existência do jornal a Gazeta do Povo, ocorridas no dia 03 de fevereiro de 2003, cumprimentos estes na pessoa do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação, cujo jornal é hoje um patrimônio histórico e cultural do povo do Paraná, principalmente por ter sempre encampado campanhas de relevância a favor dos interesses mais legítimos de nosso povo e do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 038

Excelentíssimo Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. João Alberto Sautchuk, coordenador da 9ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre- DNIT, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de recuperar a BR 487, trecho Campo Mourão - Rio Muquidão, bem como a BR 272, trecho Campo Mourão - Goioerê, que encontram-se em estado precário, especialmente a BR-272, que em toda a sua extensão (Trecho Campo Mourão-Goioerê), apresenta estado deplorável de conservação, pondo em risco a vida de todos que dependem da sua utilização.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 039

Excelentíssimo Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Wilson Justus, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de determinar a recuperação asfáltica da PR-460, trecho Rio Muquidão - Pitanga, que apresenta estado deplorável de conservação, ocasionando vários acidentes, inclusive com vítimas fatais, além de danos materiais de incalculável monta nos veículos que por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Uma das mais importantes rodovias que interligam regiões altamente produtivas ao Anel de Integração com destino ao Porto de Paranaguá, a PR - 460 - trecho Rio Muquidão-Pitanga, apresenta precárias condições de tráfego, causando enormes prejuízos tanto materiais (aos veículos) como de tempo, retardando o percurso, além de colocar em risco, inúmeras vidas que submetem-se ao perigo deste trecho.

É portanto absolutamente mister a recuperação deste trecho da PR-460.

REQUERIMENTO Nº 057

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de contratos com o Instituto Curitiba de Informática:

- relação de todas as empresas, fundações, sociedades de economia mista e órgãos estaduais que mantiveram ou mantêm contrato com o Instituto Curitiba de Informática, nos últimos quatro anos;

- relação dos pagamentos efetuados ao mencionado Instituto, discriminados mês a mês nos últimos quatro anos;

- relatório dos serviços prestados pelo Instituto Curitiba de Informática para os tomadores supra, no período já mencionado;

- cópia de todos os contratos firmados com os tomadores retrocitados bem como termos aditivos, no período dos últimos quatro anos.

Informar ainda:

- se houve certame licitatório;
- quais as modalidades e tipos de licitação adotados;

- se a licitação era dispensável ou inexigível;
- se foi dispensada ou era inexigível, juntar cópia do processo administrativo com toda a fundamentação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual. O ICI é uma entidade qualificada como organização social pelo município de Curitiba e desfruta de todas as vantagens das entidades declaradas de Utilidade Pública.

As contratações - contratos de gestão - feitas pelo Instituto Curitiba de Informática, em regra não têm sido precedidas de licitação, o que pode estar ferindo a Constituição Federal (artigo 37, XXI) a Constituição Estadual e a Lei de Licitações (8666/93).

A revisão de contratações dessa natureza fazem-se necessários e se eles existirem com o Governo do Estado do Paraná precisam ser cuidadosamente analisados.

É com esse objetivo que solicitamos as informações a respeito de eventuais contratos envolvendo o ICI - Instituto Curitiba de Informática.

REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao senhor Waldyr Pugliesi - secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência o recapeamento asfáltico ou a operação tapa buracos na rodovia PR-487, entre os municípios de Reserva e Cândido de Abreu, que encontram-se em péssimas condições de trafegabilidade. Tal solicitação prende-se ao fato deste trecho ser um importante canal de escoamento da produção agrícola da região dos Campos Gerais, trazendo sobremaneira uma grande influência econômica para o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO, JOCELITO CANTO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e ALEXANDRE CURI.

REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem e no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM que seja enviada correspondência com urgência ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Anderson Aduino Pereira, solicitando a conclusão das obras da BR-153, também conhecida por Rodovia Transbrasiliana, no trecho entre os municípios de Tibagi e Ventania, numa extensão de 28 km. Salientamos, ainda, que o total da obra é de 42 km, dos quais, 14 km já encontram-se prontos.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 092

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Inácio Lula da Silva - presidente da República, manifestando o desejo dos deputados desta Assembléia e do Estado do Paraná de que seja preenchida a vaga naquela altíssima corte por um paranaense.

Tal manifestação funda-se no fato de o Estado do Paraná necessitar ser contemplado com a lembrança da indicação de um paranaense, pois no território do Paraná existem pessoas proficientes e probas para ocupar tão elevado posto.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Chico Noroeste, Artagnão Júnior, Ademar Traiano, Luiz Accorsi, Renato Gaúcho, Rafael Greca, Antonio Anibelli, Vanderlei Iensen, Waldir Leite, Pedro Ivo Ilkiv, Hermas Brandão, Barbosa Neto, Elza Correia, José Maria Ferreira, Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Nelson Tureck, Neivo Beraldin, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Nereu Moura, Carlos Simões, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, Pastor Edson Praczyk, Mauro Moraes, Elton Carlos Welter, Arlete Caramês, Ailton Araújo, Luciano Ducci e 02 ilegíveis.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 001/2003**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Paraná utilizará preferencialmente programas abertos em seus sistemas e equipamentos de informática.

Art. 2º - Entende-se por programa aberto aquele cuja licença de uso não restrinja sua distribuição, cessão, utilização ou alteração de sua característica original.

Art. 3º - O programa aberto deve assegurar ao usuário acesso irrestrito ao seu código fonte sem custos, podendo o programa ser modificado integralmente, caso necessário, para aperfeiçoamento.

Parágrafo Único - O código fonte deve ser utilizado como recurso preferencial para alteração do programa aberto, vedada a introdução de formas intermediárias de acesso.

Art. 4º - A licença do programa aberto poderá restringir somente a distribuição do código fonte em forma

modificada caso autorize a distribuição de programas alterados em conjunto com o código fonte original, para alteração do programa durante o processo de compilação.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo permitirá a distribuição de programa compilado a partir do código fonte modificado, podendo exigir que os programas derivados tenham diferentes nomes ou números de versão para distingui-los do original.

Art. 5º - No Estado do Paraná não será utilizado programa aberto cuja licença discrimine pessoa ou grupo, bem como que restrinja outros programas distribuídos conjuntamente.

Art. 6º - Os programas abertos utilizados pela Administração Pública no Paraná não poderão ter licença específica para um único produto, possibilitando que os programas extraídos do original tenham a mesma garantia de livre alteração, distribuição ou utilização.

Art. 7º - Nas licitações envolvendo os entes públicos citados nesta lei, em igualdade de condições, estes poderão optar por programas abertos, na forma desta lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Há mais de quinze anos discute-se em todo o mundo a livre manipulação dos programas de computadores ou free-software. Em 1984 era impossível usar um computador moderno sem a instalação de um sistema operacional proprietário, fornecido mediante licença restritiva de amplo espectro. Ninguém tinha permissão para compartilhar programas (software) livremente com outros usuários de computador, e dificilmente alguém poderia mudar os programas para satisfazer as suas necessidades operacionais específicas.

O projeto GNU, que data do início do Movimento do Software Livre, foi fundado para mudar isso. Seu primeiro objetivo foi desenvolver um sistema operacional portátil compatível com o Unix que seria 100% livre para alteração de qualquer parte de sua constituição original.

Tecnicamente GNU é como Unix, mas difere do Unix pela liberdade que se proporciona aos seus usuários. Para a confecção deste programa aberto, foram necessários muitos anos de trabalho, por centenas de programadores, para desenvolver este sistema operacional. Em 1.991, o último componente mais importante de um sistema similar ao Unix foi desenvolvido: o Linux.

Hoje as combinações do GNU e do Linux é usado por milhões de pessoas, de forma livre, em todo o mundo. Este programa é apenas um exemplo de como a liberdade na alteração, distribuição e utilização de programas de computador pode transformar ainda mais rapidamente, e

de maneira mais democrática, o perfil do desenvolvimento social e tecnológico no mundo.

O Estado, como este fomentador do desenvolvimento tecnológico e da democratização do acesso a novas tecnologias para a sociedade, não pode se furtar da sua responsabilidade de priorizar a utilização de programas abertos ou os free software/open source. E se as pequenas, médias e grandes empresas multinacionais já estão adotando programas abertos, evitando assim o pagamento de centenas de milhões de dólares em licenciamento de programas, porque deveria o estado, como uma infinidade de causas sociais carentes de recursos, continuar comprando, e caro, os programas de mercado.

PROJETO DE LEI Nº 002/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento de taxas de expedição de 2ª via de cédula de identidade e carteira de habilitação as pessoas que comprovarem ter sido vítimas de furto ou roubo.

Art. 2 - A requerente deverá apresentar, no ato do pedido de expedição de 2ª via, a ocorrência policial como meio de prova do ato ilícito contra ele praticado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Devido aos inúmeros casos de furtos e roubos de documentos, seria esta uma medida consciente e oportuna, pois a aprovação deste projeto de lei autorizando o Poder Executivo a isentar das taxas para a expedição da 2ª via da cédula de identidade e a carteira de habilitação, quando da ocorrência de furto ou roubo, minimizará em partes os prejuízos das pessoas que sofrem estes tipos de delitos.

Desta forma, tendo em vista que é dever do Estado, previsto no texto constitucional, garantir a segurança a todos, entendemos que esse seria um benefício para que população paranaense, que ora se encontra vulnerável, devido ao vultoso número de assaltos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 003/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar as armas apreendidas em ações policiais para a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 1º - Caberá ao Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Segurança Pública regulamentar o repasse das armas apreendidas em ações policiais que não estiverem devidamente registradas, para as Polícias Civil e Militar, da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) das armas apreendidas deverão ser repassadas a Polícia Civil;

II - 50% (cinquenta por cento) das armas apreendidas deverão ser repassadas a Polícia Militar.

§ 2º - O prazo para apresentação de recurso e regularização das armas apreendidas em ações policiais será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apreensão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Com a situação deficitária, em que se encontra a Polícia Civil e a Polícia Militar, no que diz respeito a quantidade e modernidade dos armamentos que são usados no combate ao crime, se faz necessário um mecanismo para minimizar estes problemas.

A crise financeira abala praticamente todos os setores da sociedade e a segurança não está excluída deste contexto, e sofre com a falta de recursos para equipar as polícias, que sem alternativa tornam-se reféns do crime organizado.

Na busca por soluções imediatas, o presente projeto de lei tem por objetivo criar um mecanismo que possa aumentar significativamente o número de armas a disposição da segurança pública, aumentando assim a tranquilidade das famílias e de todos os paranaenses.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 004/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Solidariedade, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVAS:

O Instituto Solidariedade é uma entidade sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, tendo como principais objetivos: a proteção à mulher na luta contra todas as formas de discriminação às mulheres, amparar as excluídas do processo social, as vítimas da violência, da prostituição e da AIDS, estimular a educação e profissionalização das mulheres, a proteção à criança, lutar contra todas as formas de violência contra o menor, estimular a

educação e profissionalização, a proteção aos idosos, estimular a socialização, amparar os excluídos do processo social, os carentes e os abandonados pela família, da proteção ao meio ambiente, estimular e promover trabalhos e pesquisa sobre ecologia, promover congressos, cursos, simpósios e estudos sobre ecologia, da proteção aos animais, acolher os animais, dar assistência e recuperação de animais vítimas de violência, atropelamento e doenças, estimular a pesquisa de doenças dos animais, manter os animais em ambiente saudável e promover a doação a pessoas que queiram cuidá-los.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 005/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A contratação de controladores de velocidade nas rodovias estaduais do Estado do Paraná, fica limitada às condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único - Considera-se controladores de velocidade para fins de fiscalização os equipamentos com a finalidade de exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais, por meios mecânicos, elétricos e eletrônicos.

Art. 2º - Fica assegurado ao Estado do Paraná a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização, aqueles que possuírem avisos sonoros e luminosos, permitindo ao usuário ser informado do excesso de velocidade cometido, conforme determina a Resolução nº 801/95, do Contran.

Art. 3º - É proibido ao Estado a deflagração de processo de aquisição de controladores de velocidade para fins de fiscalização, mediante financiamento, tento pelo fornecedor quanto por instituições financeiras.

§ 1º - Incumbe aos órgãos adquirentes de equipamentos controladores de velocidade para fins de fiscalização, exigir no processo licitatório pertinente, a concessão de garantia incondicional de, no mínimo, doze meses, de forma a desonerar o erário de qualquer pagamento referente à manutenção nesse período.

§ 2º - Após a data-termo dos contratos vigentes relacionados à manutenção de equipamentos instalados, havendo a renovação ou nova contratação, esta limitar-se-á ao valor de um por cento (1%), mensais do custo médio atual dos equipamentos para a remuneração dos serviços necessários à manutenção e às aferições.

Art. 4º - É permitido a título de remuneração pelos serviços necessários às aferições incumbidas aos Órgãos

Oficiais, a contratação do fornecedor ou de prestador de serviços, o pagamento de até meio por cento (0,5%) do valor do equipamento instalado.

Art. 5º - No caso de qualquer tipo de contratação de equipamento controlador de velocidade para fins de fiscalização, o respectivo contrato deverá prever o local onde este deverá ser instalado, não sendo admitida a recolocação do equipamento sobre o mesmo termo contratual.

Parágrafo único - O custo da locação é limitado em um por cento (1%) do valor médio do equipamento na data da contratação, não podendo o contrato se estender por período superior a vinte e quatro meses (24).

A instalação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais, deverá estar sempre associada às estatísticas de acidentes de trânsito e grau de periculosidade do local de sua instalação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Indústria de multas. Esta seria a nomenclatura correta para designar a febre que tem assolado a população e feito desenvolver um segmento de empresas de eletroeletrônica neste país.

O crescimento desse setor, evidentemente, tem sido financiado pelo contribuinte, via de regra denominado de infrator, que excede a velocidade determinada para um trecho rodoviário.

Não nos insurgimos contra a necessidade de controles públicos. Pelo contrário, reputamos válidos na medida que estes propiciam o desenvolvimento do espírito cívico, da responsabilidade e do respeito.

O que ocorre, entretanto, é que o cidadão constata a construção de uma malha asfíxica que lhe impõe agravantes exagerados. Não obstante, ainda assim, não há como discordar da legitimidade das administrações públicas de atuarem desta forma.

Mesmo que concordemos com a inexorabilidade desse processo de controle estatal, é preciso que se tenham claras algumas premissas mínimas de razoabilidade.

1 - Que tais controladores de velocidade sejam instalados em locais que apresentem altos índices de acidentes e elevado grau de periculosidade.

2 - Que os controladores de velocidade sejam destacados e perfeitamente visíveis aos usuários das rodovias, mediante a posição de placas e sinais.

Não pretendemos, evidentemente esgotar nesta proposição, o sentimento legisferante da Assembleia Legislativa. Pelo contrário, apresentamos esta proposta na expectativa de que os nobres companheiros apresen-

tem suas contribuições que, por certo, haverão de colaborar e melhorar o projeto.

PROJETO DE LEI Nº 006/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.909, de 23 de agosto de 2000, que autorizou o Poder Executivo a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná S/A - Banestado -, a manutenção, com exclusividade pelo prazo de 05 (cinco) anos, das contas depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado/conta/receita/conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como com as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Parágrafo Único - Os recursos e transações financeiras descritos no dispositivo anterior serão transferidos, com exclusividade, para o HSBC Bank Brasil S/A e Paraná Banco S/A, ambos com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a critério de decreto do Poder Executivo Estadual, vedadas as demais instituições financeiras.

Art. 2º - É vedada à Administração Direta, Indireta e Fundações Públicas, manter contatos de seguro com a seguradora Gralha Azul, controlada pelo Banestado S/A, passando referidos contratos, com exclusividade, às instituições financeiras descritas no dispositivo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Banestado S/A e suas empresas controladas não estão dispensando o atendimento necessário ao povo paranaense.

As reclamações que chegam a este Poder Legislativo Estadual são as mais variadas.

Desde funcionários que estão sendo demitidos, transferidos, perseguidos, retaliados, sem razões plausíveis, com fechamento de agência bancária na capital e no interior do Estado.

O mau atendimento aos clientes do Estado do Paraná, o descumprimento formal ou informal, de manter a administração centralizada em Curitiba, transferindo todas as decisões administrativas do Banco e suas controladas e os recursos públicos para a capital de São Paulo.

Verifica-se na antiga sede da administração do Banestado S/A, no bairro de Santa Cândida, em Curitiba-

PR, o desmonte da instituição financeira e o pouco caso com o povo paranaense.

É necessária uma tomada de posição e a Assembléia Legislativa do Paraná não pode se omitir diante desse quadro desolador que atinge a todos os antigos clientes e em especial ao povo do Paraná, que tinha na instituição uma alavanca para o seu desenvolvimento.

Constata-se uma sangria de recursos públicos em favor de São Paulo, onde os depósitos de nossa gente são transferidos para aquele Banco, em detrimento do nosso Paraná.

O presente projeto de lei privilegia os Bancos paranaenses, com sede na capital do Estado, Curitiba, onde se situam as suas respectivas administrações, e nada mais justo do que dar preferência às empresas do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 007/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma do artigo 37 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, a encampar os serviços sob concessão rodoviária em todo o Estado do Paraná, por motivo de interesse público e inexecução dos respectivos contratos.

Art. 2º - Com a encampação, o DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, assumirá os serviços anteriormente concedidos.

Art. 3º - A partir da publicação desta lei, passam a vigorar as seguintes tarifas:

I - R\$1,00 (um real) para automóveis; e

II - R\$0,50 (cinquenta centavos) por eixo para os demais veículos.

Parágrafo Único - Os valores acima serão reajustados pelos índices de custos de obras rodoviárias adotadas pelo DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Art. 4º - As eventuais indenizações provenientes do processo de encampação serão pagos com até 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos das receitas estabelecidas no artigo anterior.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Desde a instituição dos pedágios no Estado do Paraná são crescentes as manifestações de repúdio por diversos segmentos da sociedade, em especial os usuários

e a classe produtora, decorrente dos custos de transporte e seu reflexo no custo final das mercadorias.

Paralelamente, a imprensa vem noticiando o não cumprimento das obrigações previstas em lei e estabelecidos em contrato, objetivando as melhorias e a manutenção da malha rodoviária.

Além disso, o órgão técnico estadual, gestor pelo cumprimento dos contratos, o DER/PR, vem sistematicamente constatando deficiência no cumprimento das concessões, inclusive penalizando as empresas concessionárias com multas.

Diante desses fatos, a Assembléia Legislativa do Paraná não pode omitir-se em defesa da sociedade paranaense, especialmente aos usuários das rodovias no Estado.

PROJETO DE LEI Nº 008/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os Institutos Médicos Legais - IML's, no Estado do Paraná, vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e demais estabelecimentos congêneres, darão livre acesso às empresas funerárias e de cemitérios de todos os municípios do Paraná.

Art. 2º - As prefeituras da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, poderão, através dos respectivos serviços de funeral e de cemitérios, ter o direito de credenciamento de funcionários nos referidos órgãos, para liberação dos corpos originários dos citados municípios, obedecendo a vontade e preferência dos familiares.

Art. 3º - Ressalva-se o direito da prefeitura municipal de Curitiba em manter os seus serviços funerários, com os seus regulamentos municipais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os familiares dos falecidos que se encontram nos Institutos Médicos Legais e demais estabelecimentos congêneres no Estado do Paraná têm o direito de escolher as funerárias e os cemitérios de suas preferências.

Ocorre que nos últimos dias a imprensa vem dando destaque às discussões dos familiares dos defuntos nos referidos órgãos públicos, especialmente porque querem ter o direito de escolher a funerária e o cemitério de suas preferências.

O Poder Público não pode ficar alheio aos reclamos da população e a Assembléia Legislativa do Paraná deve tomar a iniciativa para minorar os protestos dessa camada, que, numa hora difícil como esta, deve ser prontamente atendida.

Tomamos então a iniciativa para colocar em discussão essa matéria, objetivando alcançar um consenso para se colocar um ponto final nessa questão.

Importante ressaltar que o presente projeto de lei respeita os interesses da prefeitura municipal de Curitiba, no que concerne à matéria, mas coloca também os interesses de todas as prefeituras, familiares dos falecidos e as empresas de funerárias e de cemitérios.

PROJETO DE LEI Nº 009/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Estadual de implantar a obrigatoriedade do ensino das artes nas escolas da Rede Pública de Educação do Paraná.

I - todos os alunos serão atendidos.

II - não haverá avaliação por nota ou prova.

III - serão envolvidos no projeto: alunos, professores da rede estadual, professores especializados nas artes, comunidade, município, Estado, empresas, fundações e universidades.

IV - as matérias serão aplicadas nos Centros de Excelência das Artes e nas salas de aulas das escolas.

Art. 2º - As matérias apresentadas no projeto serão: música, teatro, dança, artes visuais, laboratórios de criatividade e como complemento matérias das áreas de saúde e meio ambiente.

I - da música:

a) abrange aulas de técnica vocal, coral, percussão, sopros, madeiras, metais e cordas;

b) formação de orquestra mirins, juvenil, bandas, coral, grupos de percussão;

c) gênero: erudita, popular, folclórica e hinos pátrios;

d) formação de um banco de partituras com material didático, repertório, arranjos musicais adequados para os grupos e elaboração de amplo material didático;

e) cursos especiais para os professores da Rede Estadual de Educação, como técnica vocal, noções básicas de música com acompanhamento de fonoaudiólogo para melhorar a saúde vocal e comunicação dos professores;

f) participação dos pais dos alunos, que formarão também coral de música, grupos de dança, teatro, etc, utilizando o espaço da própria escola (facultativo);

g) a música e a arte para atender e ajudar os alunos que necessitam de cuidados especiais.

II - do teatro:

a) expressão corporal e gestual;

b) montagem de peças teatrais;

c) voz, fala, dicção, sorriso;

d) literatura e teatro;

e) criação de textos;

f) teatro e pedagogia geral;

g) fantoches;

h) circo - prática circense.

III - da dança:

a) desenvolvimento corporal;

b) expressão corporal;

c) equilíbrio;

d) formação de grupos;

e) coreografia de música erudita, popular, jazz, flamenca, folclore e balé clássico.

IV - das artes visuais:

a) desenhos artísticos;

b) pintura em tela, acrílico, óleo, porcelana, gesso;

c) ilustrações de textos;

d) escultura;

e) decoração de salas de aulas;

f) pintura em seda, papel artesanal;

g) estuques, mármore;

h) bordados;

i) fotografia;

j) cinema.

V - do laboratório de criatividade:

a) construção de instrumentos musicais;

b) trabalhar com sucatas, material reciclável;

c) trabalhos manuais, artesanais, maquetes;

d) confecção de cartazes;

e) montagem de jornais, revistas e livros;

f) o laboratório atuará em sinergia com todos os cursos dos Centros de Excelência das Artes.

VI) da área médica:

a) fonoaudiólogo: trabalhará em conjunto com o professor de técnica vocal e fará acompanhamento permanente da saúde vocal dos professores da rede Estadual de Educação;

b) fisioterapeuta: fará acompanhamento permanente junto aos alunos e professores da Rede Estadual de Educação, orientando com exercícios práticos para prevenir contra a Ler (lesão por esforço repetitivo);

c) pediatria: fará palestras sobre saúde infantil, para os pais, alunos e professores da Rede Estadual de Educação;

d) neurologista: fará avaliações técnicas sobre as influências que a arte exerce no cérebro e a sua contribuição no processo de aprendizagem;

e) oculista: fará acompanhamento da saúde ocular dos alunos;

f) dentista: cuidará das questões da saúde bucal, cuidados e prevenção;

g) nutricionista: cuidará de todos os aspectos relacionados à orientação nutricional;

h) assistente social e psicólogo: cuidará do acompanhamento psicológico do aluno em casos especiais;

i) todos esses profissionais da área médica atuarão em conjunto com os da arte;

j) criarão revistas de orientação sobre a saúde com os profissionais dos cursos de artes.

VII - agricultura:

a) engenheiro agrônomo: cuidará da organização de espaços reservados à natureza nos Centros de Excelência, tipo de plantas a serem cultivadas, manejo e orientação junto aos alunos;

b) as hortaliças cultivadas poderão ser consumidas nos próprios colégios e Centros de Excelência.

c) orientação sobre ecologia, preservação do meio ambiente e reciclagem.

VIII - da educação física:

a) professor de ginástica: cuidará dos parques dos Centros de Excelência e orientação de ginástica apropriada para melhorar a auto-estima, confiança e equilíbrio;

b) poderá atuar junto com a fisioterapia e grupos de música e dança.

IX - da comunicação/assessoria de imprensa:

a) jornalista: cuidará da orientação para a confecção de jornais, revistas e livros;

b) atuará junto com o laboratório de criatividade;

c) as revistas e jornais confeccionados no laboratório, registrarão todos os eventos realizados nos Centros de Excelência das Artes e outros temas relacionados à educação, cultura e ecologia;

d) cuidará da divulgação dos trabalhos realizados nos Centros de Excelência;

e) organizar concursos literários e de música entre os alunos e a sua publicação.

X - da informática. A criação artística através do computador:

a) o profissional em multimídia/designer gráfico: cuidará de elaborar um software, internet e orientação de criação artística no computador;

b) servirá de apoio para todos os cursos desenvolvidos nos Centros de Excelência.

Art. 3º - Para cada área de ação terá um corpo docente profissional. O número de profissionais será de acordo com a necessidade de cada área:

I - das artes:

a) música;

b) teatro;

c) dança;

d) artes visuais;

e) laboratório de criatividade.

II - da área médica:

a) fonoaudiólogo;

b) fisioterapeuta;

c) pediatra;

d) neurologista;

e) oculista;

f) dentista;

g) nutricionista;

h) assistente social;

i) psicólogo.

III - da agricultura - ecologia:

a) engenheiro agrônomo.

IV - da educação física - ginástica:

a) professor de educação física.

V - da comunicação / assessoria de imprensa:

a) jornalista.

a) todos os professores atuarão como apoiadores do projeto;

b) todos os professores de Educação Artística participarão diretamente do projeto;

c) os professores de Educação Artística receberão orientação e reciclagem didática ministrados pelos professores do corpo docente dos Centros de Excelência.

d) todos os professores da Rede Estadual de Educação poderão participar dos cursos.

Art. 4º - Será formado um conselho com um representante em cada área para elaborar o plano de ação e metodologia a ser aplicada. Também fará parte do conselho, representante dos pais dos alunos de cada núcleo regional, diretor do Centro de Excelência, Secretarias Municipal e Estadual de Educação e direção geral do projeto:

I - o conselho de cada área será um professor do quadro profissional dos Centros de Excelência das Artes que atuará como coordenador de área:

II - apresentará material didático e pedagógico com definições de faixa etária;

III - apresentará material didático específico para atender e orientar os professores da Rede Estadual de Educação especialmente os de Educação Artística;

IV - apresentará avaliação anual dos resultados obtidos;

V - apresentará programas para as apresentações;

VI - apresentará programa de orientação aos pais;

VII - o conselho será responsável pela fiscalização, execução e acompanhamento geral do projeto juntamente com as Secretarias Municipais e Estadual de Educação, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Pública e Cultura.

Art. 5º - Todos os profissionais da área médica, educação física, agricultura e jornalismo terão contato permanente com o conselho das artes para desenvolver novas abordagens pedagógicas e educativas de conscientização, utilizando a arte como linguagem na orientação relacionada à saúde, nutrição, ecologia e meio ambiente.

Art. 6º - Será criado um corpo administrativo para cuidar especificamente dos Centros de Excelência:

I - cuidará da operacionalização;

II - orçamento;

III - aquisição de material;

IV - recursos humanos;

V - recursos físicos;

VI - captação de recursos financeiros;

VII - agenda para eventos.

Art. 7º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual de realizar convênios e parcerias:

I - a Secretaria de Estado da Educação fará convênio com: Governo Federal e Estadual, Associação

Médica, Associação dos Odontólogos, Conselho de Psicologia, universidades, empresas públicas e privadas, organismos internacionais, órgãos públicos e fundações;

II - cada centro de Excelência poderá ter o seu próprio financiador;

III - viabiliza a criação de um fundo de recursos específico para os Centros de Excelência para agilizar a liberação de verbas.

Art. 8º - As fontes de recursos para o projeto serão do município, Estado, governo federal, empresas públicas e privadas, organismos internacionais, fundações e leis de incentivo à cultura.

Parágrafo Único - Os Centros de Excelência poderão receber doações diretamente de pessoas jurídicas e físicas e prestarão contas ao conselho.

Art. 9º - Dos Centros de Excelência das Artes:

I - para cada Núcleo Regional de Ensino haverá um Centro de Excelência das Artes;

II - o Centro de Excelência terá salas apropriadas para cada matéria;

III - terá um parque de diversões para as crianças, lanchonete, espaço para a ecologia, hall de entrada para o lazer, exposições e apresentações, biblioteca/museu e um anfiteatro;

IV - os Centros de Excelência serão construídos em pontos estratégicos do município ou em espaços das próprias escolas para facilitar o acesso dos alunos e da família;

V - a sua construção será planejada por arquitetos e artistas para criar um padrão e facilitar a sua execução.

Art. 10 - Em cada Centro de Excelência das Artes haverá um diretor e equipe necessária à sua administração.

Art. 11 - Para todos os Centros de Excelência e o projeto como um todo haverá uma direção geral, que responderá pela direção artística/pedagógica e organizacional do projeto, juntamente com o conselho.

Art. 12 - Divulgar o projeto com os resultados obtidos nas escolas com depoimentos dos pais, alunos e professores da Rede Estadual de Educação:

I - a Rádio e Televisão Educativa do Paraná realizará as gravações em áudio e vídeo;

II - enviar gravações dos trabalhos e eventos para os organismos internacionais, Unesco, fundações, governos e Ministérios da Educação, Cultura, Saúde, Segurança Pública e Meio Ambiente.

Art. 13 - Criação de uma teoria de instrução com amplo material didático, embasados nos resultados obtidos na educação geral dos alunos.

Art. 14 - Todo o conselho se reunirá uma vez por ano para avaliação geral, apresentação de novas propostas, cronogramas de atividades e prestação de contas.

Art. 15 - Será publicado uma vez por ano uma revista contendo todas as informações e funcionamento dos Centros de Excelência, entrevistas, resultados obtidos e eventos realizados.

Art. 16 - Criação de uma ouvidoria que atenderá todos os Centros de Excelência, para receber sugestões e reclamações.

Art. 17 - Os alunos se apresentarão em escolas, órgãos públicos, teatros, asilos, creches, hospitais e em regiões carentes, levando música, teatro, dança e presentes confeccionados nos laboratórios de criatividade dos Centros de Excelência.

Art. 18 - Será permitida a participação de voluntários e estagiários.

Art. 19 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está entre os Estados mais importantes do Brasil, com expressiva diversidade étnica e necessitando de maiores atividades culturais no ensino público objetivando atingir um padrão educacional de primeira qualidade. A introdução da prática da música nas escolas, com a formação de bandas de músicas e orquestras mirins, conjuntos de percussão, coral e a arte em geral, deve ser uma aliada da pedagogia aplicada na Rede Estadual de Ensino. O apoio a esse projeto poderá criar um Programa Nacional de Educação e Orientação das Artes, criando amplo material didático, bem como vem ao encontro dos anseios culturais e artísticos dos alunos, exercendo uma influência positiva no aprendizado geral e, ao mesmo tempo, visa diminuir a violência, a repetência, a evasão escolar e melhorar a disposição para o aprendizado e estímulo à leitura.

A palavra educação vem do latim “*educere*”, que significa extrair, tirar e desenvolver. A palavra cultura vem do verbo latino “*colere*” que quer dizer cultivar.

Cultivar as artes no aprendizado escolar de forma adequada, levará sem dúvida nenhuma o indivíduo a desenvolver-se mais, fazendo fluir e extrair a criatividade que é inerente a todos.

O grande pensador grego Sócrates já dizia: “exercita-te na música”.

Aristóteles também já fazia referência à música: “...emoções de todas as espécies são produzidas pela melodia e pelo ritmo; através da música, por conseguinte, o homem se acostuma a experimentar as emoções certas; tem a música portanto, o poder de formar o caráter...”.

Vale também citar a frase de um dos maiores violinistas do mundo Yehudi Menuhin: “a música cria ordem a partir do caos; pois o ritmo impõe unanimidade ao divergente, a melodia impõe continuidade ao descosido e a harmonia impõe a compatibilidade ao inconsequente”.

É importante ressaltar que as últimas descobertas no campo da neurologia e da pesquisa cerebral, apontam que o ensino da música e da arte em geral é extremamente importante para o desenvolvimento do cérebro da criança e ajuda no aprendizado geral.

Utilizando aparelhos de última geração, como os scanners e o desenvolvimento da biologia molecular, os cientistas conseguem acompanhar todo o desenvolvimento cerebral, bem como as conexões dos neurônios.

Segundo Harry Chugani, neurologista da Universidade de Michigan e um dos maiores especialistas em pesquisas cerebrais dos Estados Unidos, “o maior potencial de aprendizado das crianças ocorre dos 2 aos 10 anos. As crianças deveriam aprender música e línguas estrangeiras na pré-escola, quando as conexões entre os neurônios que determinam a habilidade de tocar um instrumento musical ou de falar vários idiomas estão sendo formados”.

As descobertas mais recentes constatarem que a habilidade de tocar um instrumento musical ocupa a mesma área do cérebro usada para aprender conceitos matemáticos e de geometria espacial. “São muitas as chances de que o hábito de ouvir música e a habilidade de tocar um instrumento aumentam a capacidade da criança em executar o raciocínio lógico e espacial”, afirma Chugani.

Segundo a professora de desenvolvimento humano da Universidade de Maryland dos Estados Unidos, Carol Seefeld, “com pesquisa sobre o cérebro, você pode provar que, quanto mais você brinca, pula, corre, canta, faz de conta, mais sinapses você terá no cérebro. A brincadeira provoca mudanças físicas no cérebro, ele literalmente cresce”.

Faz-se necessário também citarmos alguns artigos da Constituição Brasileira.

Da Educação

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a interpretação das ações do Poder Público que conduzem a:

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística científica e tecnológica do País.

Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Da União

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Do Desporto

Art. 217 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

II - A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Do Meio Ambiente

Art. 225 - Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial e sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

A Cultura na Sociedade, a Música e a Arte

A palavra cultura vem do verbo latino “*colere*”, que significa cultivar e o seu sentido original está relacionado às atividades agrícolas.

São muitos os conceitos e concepções surgidos a partir do momento em que a cultura passou a ser uma preocupação de várias áreas do conhecimento humano no decorrer do tempo e, principalmente, após a segunda metade do século passado.

Cultura não é apenas um conjunto de manifestações da vida social de um povo, como a religião, os costumes alimentares, as festas populares, ou então, as atividades artísticas de maneira geral, como a música, a dança, a pintura: é também tudo o que caracteriza uma sociedade ou grupo humano. Está presente em todas as classes sociais, fazendo parte de todos os seus aspectos, processos e expressões e está inserida nas mais variadas formas de comportamento de vida de uma sociedade. Cultura é um mecanismo de construção histórica, um meio de difundir o saber dos povos e um processo dinâmico de criação constante, constituindo-se num conjunto amplo e complexo de ações, servindo de referência para compreender as tendências, os conflitos e as transformações de cada sociedade deste mundo contemporâneo.

A percepção das diversidades culturais das sociedades e o próprio ambiente em que vivemos constitui-se num grande canal para a reflexão e a compreensão da nossa própria história e evolução. Compreender essa diversidade ajudaria muito a eliminar preconceitos, discriminações, conflitos raciais, étnicos, etc. O comportamento, as atitudes, os hábitos de um indivíduo são o reflexo do seu ambiente cultural, formado através de um processo cumulativo de aquisição de informações que, assimilamos conscientes e inconscientemente. Para entendermos melhor o nosso próprio país é fundamental considerar a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, formada de povos vindos do mundo inteiro.

A ampliação dessa percepção estimula novas maneiras de pensar, de agir e de se relacionar dentro deste universo heterogêneo e complexo de comportamento, e abre novos horizontes para nosso bem-estar. As vertentes que confluem para essa assimilação são de natureza diversa, originárias, por exemplo, no ambiente em que o indivíduo vive, no grau de formação intelectual, educacional, familiar e das circunstâncias que rondam as nossas vidas e são fundamentais para o entendimento e identificação das informações que cada cultura expressa, ajudando-nos a pensar melhor sobre a própria existência da vida humana.

A observação da cultura dos povos em geral nos proporciona uma referência eficaz para a compreensão dos conflitos que grassam a humanidade e, conseqüente-

mente, ajuda a descobrir caminhos que tragam a paz e o bem-estar dos povos e de todo o mundo.

E a música pode nos ajudar a compreender melhor o mundo e sermos mais tolerantes e lidar com as próprias agressões? Acredito que a introdução de uma cultura musical bem organizada nas escolas, efetivamente pode servir como um veículo para ampliar a nossa percepção e contribuir para o desenvolvimento da criatividade através da criação desse ambiente sonoro ou laboratório musical e servir de apoio para outras matérias curriculares. Nessa proposta não há preocupação em formar músicos profissionais e sim o que a música pode contribuir para a pedagogia de forma geral com enfoque lúdico. Em cada ser humano existe um talento latente para algum campo da atividade humana, ou até mesmo a fusão de várias especialidades. O contato com a música e a arte em geral pode definitivamente contribuir nesse aspecto e ajudá-lo a definir metas na vida.

Definir nossas metas na vida é tornar-se um pouco mais feliz e encontrar-se consigo mesmo. Devemos dar importância ao conhecimento de si mesmo durante o processo de aprendizado, sendo vital para realçar outras formas de conhecimento como a própria especialização das disciplinas organizadas que iremos atuar, trazendo-nos prazer e satisfação no exercício dos nossos ofícios. Quando encontramos verdadeiramente nosso ideal e o desenvolvermos com honestidade e dignidade, temos como consequência uma concentração maior de energia no processo de realização do aprendizado, da criatividade e o nosso crescimento, contribuindo mais eficientemente para a sociedade. O trabalho é a maior oração da vida e quando trabalhamos com amor e em prol da humanidade, oramos mais ainda.

Objetivos Gerais da Música e das Artes

1 - O contato com a música contribuiu significativamente para ampliar a percepção e a criatividade na formação escolar da criança.

2 - Cada criança é dotada de potencialidades natas em diferentes terrenos. Utilizar a música para descobrir e desenvolver essas potencialidades e despertar as faculdades diretivas de cada criança, sendo capaz de influenciar e predispor a criança a estudar mais eficientemente.

3 - Aumentar a vitalidade geral da criança através da música como auto-estima, alegria, disciplinar, interesse pelos estudos aumentando a atividade e a lidar melhor com as próprias carências e agressões.

4 - Promover a fé em si mesmo, estimulando os movimentos internos e externos, baseados na observação e experimentação.

5 - Socialização através da convivência musical em grupo, como recebedor e criador de valores.

6 - Desenvolver a capacidade de progredir, superar erros, interpretar e aprender por si mesmo, sentido de ordem, compreensão, tolerância, solidariedade, organização e comunicação.

7 - A música como energia mediadora e transformadora das dificuldades, re-harmonizar e re-humanizar. A música influencia o organismo para o aprendizado e desenvolve a percepção das partes que se juntam para formar um todo.

8 - Ajudar na concentração e memória. O ritmo no aumento do rendimento corporal e cerebral.

9 - Através do estímulo auditivo melhorar a dicção, muitas vezes deformadas devido ao ambiente familiar e meio social em que vive ou a própria cultura do ambiente onde a criança passa a maior parte do tempo. Ouve-se errado e pronuncia-se errado, não gesticulando adequadamente os músculos faciais e vocais envolvidos na emissão da fala.

10 - Melhorar o raciocínio lógico, coordenação motora e respiração.

11 - A música como fonte revitalizadora da criatividade individual e coletiva.

12 - Desenvolver a percepção como ouvinte passivo, ativo e participante da produção sonora.

13 - Utilizar a voz-fala, voz-canto, voz-sorriso, gestos e instrumentos musicais com a dança.

14 - A respiração através do canto e instrumentos de sopro e a sua importância para a saúde.

15 - As relações sonoras criadas no laboratório sonoro podem ajudar a criar uma faculdade interior de construção sonora interna, desenvolvendo a música ambiental e individual para ajudar na formação de uma consciência crítica e um sentido de identidade.

16 - Transformar os sons em palavras de motivação e auto-estima.

17 - Desenvolver a capacidade de sonhar, desejar, ter esperança, sorrir e manter a força vital do desejo.

18 - A música para ajudar a redespertar e recuperar o tempo perdido do ponto de vista cerebral.

19 - No laboratório, buscar outras fontes sonoras ou de geração de som, como por exemplo, construção de instrumentos musicais.

20 - Análise das reações da criança ante a música e quais as reações no íntimo e o que ela significa ou está significando para a sua vida (ficha própria).

21 - A música e a criança que necessita de cuidados especiais.

22 - Contribuição para a formação da cidadania humanística e cultural geral.

23 - Através da arte, combater a violência, drogas e bebidas alcoólicas.

24 - Aumentar o interesse pelos estudos, leituras e definições de metas.

25 - A arte na educação da saúde vocal, odontológica, nutricional e melhoria da saúde geral dos alunos.

26 - O sorriso e o grito no teatro, dança, música e ginástica para desenvolver a auto-estima, confiança, concentração, força e ajudar a eliminar a agressividade, depressão, estresse.

27 - Desenvolvimento de uma consciência crítica.

28 - Antes do início da primeira aula do período (manhã ou tarde) das matérias curriculares, praticar um pouco de exercícios vocais e cantar uma música. (Obs.: haverá repertório apropriado e dividido por faixas etárias e/ou séries. Os professores receberão orientação adequada de como ministrar esse repertório em sala de aula).

29 - Engajar os pais a participarem dos cursos e do coral com orientação específica e dirigida, para construir um ambiente sonoro familiar.

30 - Promover um estudo sistemático do próprio ensino fundamental.

31 - Criar um curso específico de orientação musical para os professores da Rede Estadual de Ensino.

32 - Quando os grupos já estiverem preparados, formar um repertório especial para visitarem os hospitais, asilos, creches, e institutos de saúde, levando música, teatro, brincadeiras e presentes construídos no laboratório de criatividade.

33 - A música e a natureza, educação ambiental, as leis de trânsito e seus símbolos. Engajamento das crianças em campanhas utilizando a música para conscientizar e orientar na preservação e respeito ao meio ambiente.

34 - Os grupos musicais como suporte ao teatro, dança e apresentações literárias.

35 - Organizar apresentações didáticas em todas as escolas da rede municipal onde cada criança ou adolescente falará do instrumento musical que executa.

36 - Educação Cívica, Execução de Hinos Pátrios nas escolas e seus aspectos legais.

37 - Presença da banda nas datas cívicas e eventos, posses de autoridades, personalidades e homenagens como aniversários da cidade, dia da criança, festas natalinas etc.

38 - Criar um Laboratório Sonoro de referência.

39 - Fazer a junção de coral e banda nas apresentações e também os grupos de percussão.

40 - Descobrir talentos na Rede Estadual de Ensino no campo artístico. Apoio ao talento individual.

41 - Estimular o aspecto lúdico da música.

42 - Oficina de reparos, manutenção e repercussão de instrumentos musicais.

43 - Difundir a cultura musical das diversas etnias existentes no Estado do Paraná.

44 - Formar um repertório eclético indo do popular ao erudito e difundir a música folclórica brasileira.

45 - Repertório de música folclórica do mundo inteiro.

46 - Estabelecer cronograma permanente de apresentações durante o ano.

47 - Formação de grupos de percussão, coral, bandas e orquestras mirins, teatro, danças, atividades circenses e artes visuais.

48 - Maior integração entre escola, família e comunidade.

49 - As leis de trânsito e os seus símbolos. Através desse aprendizado nas escolas, os alunos pressionarão os próprios pais a respeitarem as leis de trânsito.

50 - Formação de escolas livres de música através da banda, coral e grupos de percussão.

A importância da Banda de Música e do Coral

É triste constatar, mas a realidade nos mostra que as bandas de música estão desaparecendo em nosso País. A maioria delas sobrevive através do esforço e do ideal de seus integrantes. A falta de incentivo e a desativação que vem ocorrendo tem como reflexo e empobrecimento musical e artístico de uma nação.

A banda faz parte da vida cultural e artística da cidade, sendo integrante do patrimônio histórico dos municípios, levando alegria e comunicação ao povo com seu poder de mobilização e conagração que proporciona e emana através do seu gesto e do seu som, num movimento singelo e espontâneo que a todos encanta.

A banda de um celeiro de músicos para as orquestras sinfônicas, grandes mestres da música foram integrantes e maestros de banda, podemos citar como exemplo o saudoso Maestro Eleazar de Carvalho, foi Regente da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, tendo já regido orquestras do mundo inteiro e atuou como Baixo-Tuba na Banda de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro; Giuseppe Verdi, um dos maiores compositores da ópera foi também Maestro de Banda na Itália; Carlos Gomes, o “Tinoco” como era chamado na Banda, aos 10 anos já tocava com seus irmãos na Banda de Campinas, sob a regência de seu próprio pai Manoel José Gomes.

A banda é uma das formas de preservar a Música Popular Brasileira. Sua presença é fundamental no sentido de contribuir para a musicalização do povo, devendo não só se apresentar nas solenidades e comemorações cívicas, mas também buscar maior penetração junto à comunidade, como por exemplo realizar concertos educativos. Uma banda bem estruturada do ponto de vista instrumental, técnico e musical pode ter um repertório eclético, passando do popular ao erudito. Em qualquer concerto em praça pública que ela estiver se apresentando as pessoas param espontaneamente para assisti-la, formando um movimento de identificação cultural.

Devemos incentivar a formação de bandas municipais, fanfarras e coral de música nas escolas, e cada município pode trabalhar nesse sentido, pois o contato com a música amplia a percepção e contribui para o desenvolvimento e a formação escolar da criança, constituindo-se em verdadeiras escolas livres de músicas que proporciona também o aspecto lúdico e o lazer à comunidade e aos estudantes, cumprindo assim uma das funções da música.

Antes de formar uma banda, porém, é fundamental preparar os estudantes e professores, com material didático adequado e uma boa orientação aos dirigentes de banda. Não se deve disponibilizar instrumentos musicais caros e de difícil execução, sem antes preparar o aluno para essa etapa. É preciso ter critérios técnicos para a destinação de instrumentos musicais. Durante esse primeiro contato com a música, além do aprendizado em si,

é preciso despertar interesse no estudante e uma conscientização que esse envolvimento escolar, e na sua própria vida, independente da profissão que exercerá futuramente.

A banda sempre esteve presente nas manifestações cívicas do Brasil, e vale lembrar aqui um episódio pitoresco que aconteceu no primeiro aniversário da proclamação da República envolvendo a “Banda Musical 15 de Novembro”, que saiu às ruas para comemorar com o povo. Segundo jornal da época, “Weril”, de São Paulo, diz o seguinte: “No primeiro aniversário do novo governo a banda saiu às ruas para comemorar junto ao povo a data histórica. Ao chegar no largo da Estação, originou-se um conflito de grandes proporções entre republicanos e monarquistas, misturando-se os músicos aos contendores. Com a intervenção da polícia, foram todos para trás de grades, inclusive os músicos.

Em sinal de protesto pela prisão, resolveram tocar o Hino à Bandeira. O povo postado no Largo da Estação, ao ouvir os acordes iniciais da música, armou-se de inteiro entusiasmo e exigiu o relaxamento da ordem de prisão dos músicos. Não teve o delegado outra alternativa senão atender ao apelo da multidão. Assim continuaram as manifestações de regozijo até altas horas da madrugada.

O poeta e compositor Chico Buarque nos mostra através da sua música “A Banda”, as peculiaridades e o encanto que ela proporciona quando passa, despertando o interesse através dos seus sons.

“A Banda

Estava à toa na vida,
O meu amor me chamou
Pra ver a banda passar
Cantando coisa de amor
A minha gente sofrida
Despediu-se da dor
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor

O homem sério que contava
dinheiro parou
O faroleiro que contava
vantagens parou
A namorada que contava
as estrelas parou
Pra ver, ouvir e dar passagem
A moça triste que vivia calada sorriu
A rosa triste que vivia fechada se abriu
E a meninada toda se assanhou
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor

Estava à toa na vida
O meu amor me chamou
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor

A minha gente sofrida
Despediu-se da dor
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor

O velho fraco se esqueceu do
cansaço e pensou
Que ainda era moço pra sair
do terraço e dançou
A moça feia debruçou na janela
pensando
Que a Banda tocava pra ela
A marcha alegre se espalhou na
avenida e insistiu
E a lua cheia que vivia escondida surgiu
Minha cidade toda se enfeitou
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor
Mas para meu desencanto
O que era doce acabou
Tudo tomou seu lugar
Depois que a banda passou
E cada qual no seu canto
Em cada canto uma dor
Depois da banda passar
Cantando coisas de amor.”

PROJETO DE LEI Nº 010/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedida a redução em 30% (trinta por cento) das alíquotas do ICMS incidente nas indústrias que vierem a instalar em município de baixa renda, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contados da vigência desta lei.

§ 1º - Considera-se município de baixa renda, para fins desta lei, aquele cujo índice de ICMS ultrapasse os dígitos 03 (zero três).

§ 3º - O benefício fiscal previsto somente entrará em vigor na data em que for concedido.

Art. 2º - A isenção referida no *caput* do artigo anterior será concedido às empresas cujos projetos industriais tenham sido aprovados em acordos com os critérios estabelecidos pela Comissão de Interiorização de Indústrias, especialmente criada pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Art. 3º - Na hipótese do município ultrapassar o índice do ICMS previsto no *caput* do referido dispositivo, ficando resguardados os direitos adquiridos pelas empresas beneficiadas por esta lei.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará através de decreto, a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por fim incentivar as indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda no Estado do Paraná, com redução em 30% (trinta por cento) das alíquotas do ICMS.

Pelas disposições constitucionais o ICMS é imposto de conferência estadual, conforme pode ser constatado pelo art. 155, “b”, da Constituição Federal.

Assim como, analisando-se a Lei Complementar Federal nº 24/75, que regula os convênios estabelecidos para o ICMS, vimos que o projeto em tela com ela se coaduna.

Outrossim, viria o projeto a concretizar o intuito desejado pelo legislador constituinte no § 8º, do artigo 34 da Magna Carta, quando faculta aos Estados fixarem normas para regulamentar provisoriamente a matéria não contemplada em lei complementar de que trata o artigo 155, I, “b”, mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, em 07 de janeiro de 1975.

Assim sendo, pelo exposto acima esperamos contar com o apoio dos demais pares desta Casa para aprovação da matéria em tela.

PROJETO DE LEI Nº 011/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal - Paraná, o lote de terreno urbano, parte integrante da data nº 05, do quarteirão nº 43, desta cidade, com área de 437,00 metros quadrados, devidamente matriculado, sob nº 1377 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Parágrafo Único - O referido imóvel destina-se à instalação da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal - Paraná. A referida Associação não poderá dar outra destinação, sob pena de esta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando ainda gravada a doação com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a doação do imóvel especificado para a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal - PR (ACIRP0, inscrita no CNPJ sob

o nº 78.597.788/0001-52, sediada na Rua Paraná, 978, centro, fundada em 16.05.89. A referida Associação presta serviços filantrópicos à comunidade ribeirão-pinhense, através de implementação das diversas atividades comerciais e industriais já existentes, visando a ampliação dos serviços de acordo com os interesses da classe comercial de Ribeirão do Pinhal.

A Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal, vem desenvolvendo um trabalho junto aos comerciantes e à população, conseguindo com êxito a redução do índice de inadimplência na cidade, através da assistência jurídica proporcionada aos associados.

Também procura incentivar e promover a realização de cursos de aperfeiçoamento e capacitação, não só aos pequenos empresários como também a seus funcionários. A Associação tem ainda como objetivo, ajudar os comerciantes que não estejam atuando de acordo com a legislação vigente.

A doação do imóvel irá contribuir para um melhor desenvolvimento das atividades comerciais e industriais.

Desta forma, esperamos o devido apoio, e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 012/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o inciso I, do artigo 1º da Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, e acresce inciso ao mesmo artigo, com as seguintes redações:

“Art. 1º - ...

I - setenta e nove por cento (79%), considerado o valor adicionado nas operações relativas ao ICMS realizadas em cada município e em relação ao valor adicionado do Estado, apuradas segundo o disposto na Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990;

II - ...

VII - um por cento (1%), como fator de distribuição aos municípios litorâneos, que têm sua população aumentada, substancialmente, nos meses de alta temporada”;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente propositura com este percentual de 1% minimizar as enormes despesas das Prefeituras Municipais de nosso litoral durante a alta temporada.

Durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, a população sofre um acréscimo de mais de 3.000%, acréscimo este que gera a necessidade de inúmeros serviços extras, que justificam uma redistribuição do ICMS para fazer frente a estas despesas flutuantes.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 013/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 2º - Ficará o Departamento de Estradas de Rodagem - DER responsável pela construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento das vias estaduais e vias federais delegadas, bem como da arrecadação dos pedágios pela utilização das mesmas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A razão da apresentação da presente proposição é de conhecimento de todos os habitantes do Estado do Paraná.

Há uma revolta geral dos usuários contra as concessionárias que exploram os pedágios no chamado Anel de Integração, que compõem as rodovias paranaenses.

Entendemos, também, que o Departamento de Estradas de Rodagem está mais capacitado para gerenciar a cobrança de pedágio, bem como os investimentos nas nossas vias rodoviárias. Pois, sendo o DER uma instituição pública pertencente ao povo paranaense, ele tem uma visão voltada para o bem-estar da sociedade, diretamente de uma empresa que só visa o lucro.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei complementar.

PROJETO DE LEI Nº 014/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Passa a ter a seguinte descrição a linha de limite do município de Campo Largo com o município de Itaperuçu:

Inicia no Rio Ribeira, na foz do arroio Tapera, coordenadas UTM 641444,12 e 7236132,00, sobe por este até a sua cabeceira, junto a uma estrada vicinal, coordenadas UTM 643748,00 e 7234074,73, segue por este na direção geral sudoeste até encontrar a cabeceira de um afluente à margem esquerda do Rio Pavão dos Silvas, coordenadas UTM 642619,38 e 7232049,00, desce por este até sua foz no Rio Pavão dos Silvas, desce por este até sua foz no Rio Açungui, coordenadas UTM

643949,56 e 7230886,79, sobe por este até encontrar a foz do Rio Capivara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Esta alteração tem a finalidade de corrigir o local exato da linha de divisa do município de Campo Largo com o município e Itaperuçu, uma vez que a comunidade da Vila São Pedro, que sempre pertenceu a Campo Largo, como por exemplo as contas de energia elétrica, escolas municipais, títulos de eleitores da população local, posto de saúde, etc.

Sendo assim, apresento este Projeto de Lei para que se faça justiça com a comunidade da Vila São Pedro do município de Campo Largo.

PROJETO DE LEI Nº 015/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O delegado de polícia que cumulativamente com o exercício da função de titular de delegacia chefiar como substituto outra Delegacia de Polícia Distrital ou Especializada por mais de 30 (trinta) dias, perceberá como gratificação de substituição importância igual a um terço da parte básica dos vencimentos do seu cargo acrescida do fator de valoração por risco de vida e saúde.

Art. 2º - O ato de substituição de competência do diretor da Polícia Civil vigorará a partir de sua expedição e pelo prazo nele estabelecido, cessando seus efeitos:

I - por revogação;

II - por reassunção do titular,

III - por designação de titular, no caso de delegacia vaga.

Art. 3º - Em nenhum caso poderá ocorrer percepção simultânea de mais de duas (02) gratificações de substituição.

Art. 4º - A(s) substituição(ões) ou designação(ões) a sere(em) assumido(s).

Parágrafo Único - O delegado de Polícia deverá estar lotado na mesma circunscrição da subdivisão policial.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão de dotação orçamentárias próprias.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Do projeto de lei que institui a gratificação de substituição para os titulares de delegacias de polícia.

Com a extinção dos delegados de polícia denominados "calças curtas" (assistentes de segurança) no Estado do Paraná, por decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal com o respectivo impedimento de praticarem atos de comando da investigação policial (portarias, flagrantes, etc) o delegado do interior do Estado passou a responder por todas as delegacias dos municípios da região em que responde pela respectiva circunscrição.

O projeto de lei ora apresentado insere a gratificação por substituição considerando por exemplo os gastos de locomoção e outras despesas por esse acréscimo de trabalho.

Nada mais justo que repor o desembolso ao delegado de polícia que além de responder por sua delegacia venha também a responder por mais outra delegacia de polícia em face da falta de delegado concursado e formado em direito até que seja preenchida a referida vaga.

O projeto de lei teve o cuidado de gratificar somente duas substituições com a dotação orçamentária específica.

Salienta-se que em todo o Estado são aproximadamente 50% de municípios sem delegado de polícia de carreira, bem como um número de 40 delegados de polícia que já se aposentaram e deixaram suas vagas em aberto. Maiores detalhes sobre a deficiência poderão ser buscados junto ao GARH do Departamento da Polícia Civil.

Nestes termos justifico o presente projeto que institui a gratificação de substituição para os titulares de delegacias de polícia.

PROJETO DE LEI Nº 016/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatória a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto.

Parágrafo Único - Obras e serviços de grande vulto são aqueles que comprometam mais do que 5% da Receita Tributária Centralizada prevista na Lei Orçamentária Anual do Estado do Paraná.

Art. 2º - As obras e serviços de que trata essa lei somente integrarão a Lei Orçamentária do exercício seguinte se aprovados no plebiscito.

Art. 3º - Caberá à Assembléia Legislativa identificar os projetos que devam ser submetidos ao plebiscito, a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º - A convocação e divulgação do plebiscito ficam a cargo da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Curitiba.

Parágrafo Único - A convocação e divulgação ocorrerão, no mínimo, com 90 dias de antecedência.

Art. 5º - Para os fins desta lei, consideram-se também como obras e serviços de grande vulto aqueles que, embora não comprometendo mais do que 5% da Receita Tributária Centralizada tenham grande repercussão para a população ou para a Administração Pública, alterem profundamente a paisagem natural, afetem o meio ambiente e tenham significativo impacto na organização do espaço urbano e rural, cabendo à Assembléia Legislativa, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, individualizar tais obras e serviços.

Art. 6º - As despesas decorrentes dessa lei ocorrerão por conta da dotação orçamentária da Assembléia Legislativa, suplementada se necessário.

Art. 7º - Esta lei será regulamentada no prazo de 90 dias.

Art. 8º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem o intuito de, dando efetividade a dispositivos da Constituição Federal e Constituição do Estado do Paraná, impulsionar um avanço democrático em nosso Estado, proporcionando aos cidadãos paranaenses uma participação mais efetiva na esfera pública.

O instituto de plebiscito, representativo da democracia semidireta, está previsto no artigo 14 da Constituição da República, que estabelece: “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular (grifou-se).”

A Constituição do Estado do Paraná, na mesma esteira, dispõe:

Art. 2º - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Se a democracia direta tornou-se inviável nos dias de hoje, o regime da democracia representativa mostrou-se, por toda a parte, extremamente limitado, negando ao povo o efetivo exercício do poder, essência do conceito de democracia.

Nesse sentido, diversos foram os países que buscaram soluções para o impasse. Daí surgirem as denominadas democracias semidiretas, que se caracterizam por tentar conciliar a representatividade com o exercício direto do poder pelo povo. Dentre os vários países que se propuseram a adotar o referido regime, destaca-se a Suíça, conhecida como a terra clássica da democracia semidireta. Tenha-se em vista, no entanto, que na Europa, nos países que gozam de relativa estabilidade política, já não se pode mais falar em regime democrático representativo puro, pois que é geral o movimento de radicalização da democracia.

O Brasil tem procurado seguir o mesmo caminho, tanto que a Constituição Federal, no parágrafo único de seu artigo 1º (todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição), consagrou um regime democrático misto. A previsão pela constituição dos institutos do referendo e do plebiscito reitera essa consagração.

Quanto às vantagens do instituto, ao qual Darcy Azambuja (Teoria Geral do Estado. 30. Ed. São Paulo: Globo, 1993) dá nome de referendun consultivo - em contraposição ao referendun deliberativo -, o mesmo autor diz que “nenhum instituto de Direito Constitucional aproxima tanto, quanto o referendun, o governo da democracia pura. O referendun dá, além disso, mais força e prestígio às leis. Por fim, é poderoso fator de educação popular” (págs. 224, 228 e 229).

A recente Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, consagrou o plebiscito como uma das formas de participação da sociedade na construção de cidades sustentáveis e geridas democraticamente.

Em face de todo o exposto, espera-se que o presente projeto de lei, que, procurando aprofundar o processo democrático, vem cumprir comandos normativos superiores, seja aprovado por unanimidade dos membros do Legislativo Estadual do Paraná.

Assim procedendo, o Legislativo Estadual estará ampliando o processo democrático no Estado e assegurando o controle social sobre as contas públicas.

PROJETO DE LEI Nº 017/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os servidores públicos estaduais sujeitos às seguintes penalidades administrativas na prática de assédio moral, nas dependências da Administração Pública Estadual:

I - curso de reciclagem e aprimoramento profissional;

II - suspensão;

III - multa;

IV - exoneração.

§ 1º - Para fins do disposto nesta lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que

atinja, pela repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência, subestimar esforços;

§ 2º - A multa de que trata o inciso III deste artigo terá um valor mínimo de 50% do salário-mínimo nacional, tendo como limite máximo a metade dos rendimentos do servidor.

Art. 2º - Os procedimentos administrativos do disposto no artigo anterior serão iniciados por provocação da parte ofendida ou pela autoridade que tiver conhecimento da infração funcional.

Parágrafo Único - Fica assegurado ao servidor o direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, sob pena de nulidade.

Art. 3º - As penalidades a serem aplicadas serão decididas em processo administrativo, de forma progressiva, considerada a reincidência e a gravidade da ação.

§ 1º - As penas de curso de aprimoramento profissional, suspensão e multa deverão ser objeto de notificação por escrito ao servidor infrator;

§ 2º - A pena de suspensão poderá, quando houver conveniência para o serviço, ser convertida em multa, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer no exercício da função.

Art. 4º - A receita proveniente das multas deverá ser investida integralmente a programa de aprimoramento profissional do servidor naquela unidade administrativa.

Art. 5º - Esta lei será regulamentada pelo executivo Estadual no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que o mundo do trabalho vem mudando constantemente nos últimos anos. Novas formas de administração, reengenharia, reorganização administrativa, entre outras, são palavras que aos poucos tornam-se frequentes em nosso meio. No entanto, pouco se fala sobre

as formas de relação no trabalho. O problema do “assédio moral” (ou tirania nas relações do trabalho, como é chamado nos Estados Unidos) atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro. Pesquisa pioneira da Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim, se não enfrentado pode levar a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da administração pública.

A psicóloga francesa Marie-France Hirigon, autora de estudo sobre o assunto, acredita que a punição ao assédio moral ajudaria a combater o problema, pois “importaria um limite ao indivíduo perverso”.

Em nossa cultura competitiva, onde todos procuram vencer a qualquer custo, urge adotarmos limites legais que preservem a integridade física e mental dos indivíduos, sob pena de perpetuarmos essa “guerra invisível” nas relações de trabalho. E para combatermos de frente o problema do “assédio moral” nas relações de trabalho, faz-se necessário tirarmos essa discussão dos consultórios de psicólogos e tratá-lo no universo do trabalho.

Para que as relações de trabalho nos órgãos e equipamentos do Estado do Paraná sejam melhoradas é que propomos esse projeto.

O princípio constitucional da eficiência (CF artigo 37) ficará assegurado na medida em que o servidor for respeitado e tiver suas iniciativas valorizadas.

Com o objetivo de dar maior visibilidade à tese de que existe o assédio moral no serviço público reproduzimos aqui uma tabela que explicita a forma como homens e mulheres respondem à provocação de seus chefes, provocações essas denominadas de assédio moral.

A tabulação a seguir apresentada é resultado de pesquisa realizada pela Dra. Margarida Barreto, médica do trabalho e pesquisadora da Universidade Católica de São Paulo.

Sintomas	Mulheres%	Homens%
Crises de choro	100	-
Dores generalizadas	80	80
Palpitações, tremores	80	40
Sentimento de inutilidade	72	40
Insônia ou sonolência excessiva	69.6	63.6
Depressão	60	70
Diminuição da libido	60	15
Sede de vingança	50	100
Aumento da pressão arterial	40	51.6

Sintomas	Mulheres%	Homens%
Dor de cabeça	40	33.2
Distúrbios digestivos	40	15
Tonturas	22.3	3.2
Idéia de suicídio	16.2	100
Falta de apetite	13.6	2.1
Falta de ar	10	30
Passa a beber	05	63
Tentativa de suicídio	-	18.3

O projeto em análise é de grande alcance social e esse tem sido o entendimento de vários setores da sociedade, inclusive da Administração Pública Estadual.

O problema do assédio moral atinge milhares de trabalhadores no mundo inteiro. Pesquisa pioneira da Organização Mundial do Trabalho, realizada em 1996, constatou que pelo menos 12 milhões de europeus sofrem desse drama. Problema quase clandestino e de difícil diagnóstico, é bem verdade, mas ainda assim senão enfrentado pode haver a debilidade da saúde de milhares de trabalhadores, prejudicando o rendimento da administração pública.

É nesse sentido que esperamos seja o projeto aprovado mediante ampla discussão no Legislativo Estadual e com a sociedade em geral”.

PROJETO DE LEI Nº 018/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do estado do Paraná, assim como os órgãos autônomos e empresas sob o controle do Estado utilizarão preferencialmente em seus sistemas e equipamentos de informática programas abertos, livres de restrições proprietárias quanto à sua cessão, alteração e distribuição.

§ 1º - Entende-se por programa aberto aquele cuja licença de propriedade industrial ou intelectual não restrinja sob nenhum aspecto a sua cessão, distribuição, utilização ou alteração de suas características originais, assegurando ao usuário acesso irrestrito e sem custos adicionais ao seu código fonte, permitindo a alteração parcial ou total do programa para seu aperfeiçoamento ou adequação.

§ 2º - Para fins de caracterização do programa aberto, o código fonte deve ser o recurso preferencial utilizado pelo programador para modificar o programa, não sendo permitido ofuscar sua acessibilidade, nem tam-

pouco introduzir qualquer forma intermediária como saída de um pré-processador ou tradutor.

§ 3º - Quando da aquisição de softwares proprietários, será dada preferência para aqueles que operem em ambiente multiplataforma, permitindo sua execução sem restrições em sistemas operacionais baseados em software livre.

Art. 2º - As licenças de programas abertos a serem utilizados pelo Estado deverão, expressamente, permitir modificações e trabalhos derivados assim como a livre distribuição destes nos mesmos termos da licença do programa original.

Parágrafo Único - Não poderão ser utilizados programas cujas licenças:

I - impliquem em qualquer forma de discriminação a pessoas ou grupos;

II - sejam específicas para determinado produto impossibilitando que programas derivados deste tenham a mesma garantia de utilização, alteração e distribuição;

III - restrinjam outros programas distribuídos conjuntamente.

Art. 3º - Será permitida a contratação e utilização de programas de computador com restrições proprietárias ou cujas licenças não estejam de acordo com esta lei, nos seguintes casos:

I - Quando o software analisado atender a contento o objetivo lícito ou contratado, com reconhecidas vantagens sobre os demais softwares concorrentes, caracterizando um melhor investimento para o setor público;

II - quando a utilização de programa livre e/ou com código fonte aberto causar incompatibilidade operacional com outros programas utilizados pela administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Estado, ou órgãos autônomos e empresas sob o controle do mesmo.

Art. 4º - O Estado regulamentará as condições, prazos e formas em que se fará a transição, se necessária, dos atuais sistemas e programas de computador para aqueles previstos no art. 1º, quando significar redução de custos a curto e médio prazo e orientará as licitações e contratações realizadas a qualquer título, de programas de computador.

Parágrafo Único - A falta de regulamentação não impedirá a licitação ou contratação de programas de computador na forma disposta nesta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Há mais de quinze anos discute-se em todo o mundo a livre manipulação dos programas de computador ou "open/free software". Até há pouco tempo era impossível usar um computador moderno sem a instalação de um sistema operacional proprietário, fornecido mediante licenças restritas de amplo espectro.

Ninguém tinha permissão para compartilhar programas (software) livremente com outros usuários de computador, e dificilmente alguém poderia mudar os programas para satisfazer as suas necessidades operacionais específicas.

Ninguém tinha permissão para compartilhar programas (software) livremente com outros usuários de computador, e dificilmente alguém poderia mudar os programas para satisfazer as suas necessidades operacionais específicas.

O projeto GNU, da Free Software Foundation (Fundação para o Software Livre criada por Richard Stallman), que data o início do Movimento do Software Livre, foi fundado para mudar isso. Seu primeiro objetivo foi desenvolver um sistema operacional portátil compatível com o Unix que seria 100% livre para alteração e distribuição, permitindo aos seus usuários o desenvolvimento e alteração de qualquer parte de sua constituição original. Tecnicamente o sistema desenvolvido pelo projeto GNU é semelhante ao Unix, mas difere no que diz respeito à liberdade que proporciona à seus anos de trabalho, envolvendo centenas de programadores em diferentes partes do mundo. Em 1991, o último e mais importante componente deste sistema similar ao Unix foi desenvolvido o Linux.

Hoje, este sistema operacional é usado por milhões de pessoas de forma livre, no mundo inteiro. Mais do que isso, há um incontável número de empresas, entre elas as gigantes multinacionais Mercedes Benz, General Motors, Boeing Company, Spny Elecronics Inc. Banco Nacional de Lavoro da Itália, Chrysler Automóveis, Science Applications Internacional Corporation - indústria de Armamentos e os órgãos públicos Agência Nacional de Armamentos dos EUA, Marinha Americana - Usa Navy, United States Postal Sevice - Correios Americanos, Nasa - Agência Espacial Americana, entre outras, que optaram pelo uso de softwares livres.

São três os principais motivos que levaram tais empresas a essa opção;

1) a liberdade para criar soluções próprias que muitas vezes ficam comprometidas pela dependência e atrelamento a padrões fechados de software.

2) A segurança de seus sistemas de informação na produção, organização, gerenciamento e distribuição de informações.

3) O mais importante motivo; a drástica redução de custos. Com a adoção de softwares livres estas empresas

exoneraram-se da obrigação de pagamento de licenças e ainda contam com a vantagem de ter parte desses programas abertos distribuídos gratuitamente.

Mas não é só no setor privado que estes softwares livres têm revolucionado o mundo da informática. O parlamento francês estuda a possibilidade de aprovar uma resolução que determinará a adoção por parte dos serviços públicos de programas - incluindo sistemas operacionais de código fonte aberto/livre. Em nota oficial o governo segue o exemplo do setor privado, utilizando também o argumento da redução de custos. Um pacote da Microsoft sai em média por U\$500,00 e não pode ser copiado, enquanto o pacote Linux-StarOffice pode ser adquirido gratuitamente através da internet ou comprado a custos variáveis a partir de U\$10,00.

Além disso, a adoção de softwares abertos facilita o prolongamento da vida útil da base instalada de micro-computadores daquele país. É sempre bom lembrar que em média a cada dois anos as pessoas e organizações têm de trocar seus programas por versões mais atualizadas e suas máquinas por máquinas mais modernas e potentes para poderem utilizar as versões mais atualizadas destes programas. Estas versões novas de produtos antigos - chamadas Upgrades - são responsáveis por parte significativa dos custos que uma empresa, pessoa física ou órgão público têm quando está informatizada e necessita acompanhar as inovações deste setor.

Em 1999, a União gastou 125 milhões na aquisição de softwares. No Estado do Paraná a realidade não é diferente, dezenas de milhões de reais vêm sendo gastos nos último anos na aquisição de programas, de forma direta ou terceirizada. Para o Estado, que tem uma diversidade de demandas sociais, carentes de recursos e atendimentos, a otimização da utilização dos recursos financeiros é fundamental. É um dever de ofício para o administrador público buscar uma solução financeiramente mais viável no que diz respeito a este tema, sem, entretanto, prejudicar a qualidade e a segurança do serviço público. Para um parlamentar, debater e legislar sobre esse assunto também. E o não cumprimento deste dever é inaceitável.

A adoção desse novo sistema na informatização dos órgãos governamentais do Estado do Paraná, poderá alcançar a Assembléia Legislativa do Paraná possibilitando sua informatização com redução de custos no que diz respeito às despesas com softwares.

Estados como o Rio Grande do Sul já aprovaram leis com esse teor e o projeto está em fase de implantação, atingindo mais de 80% da rede de diversos órgãos públicos.

Em Porto alegre, o Linux já é usado na Rede Escolar Pública.

O avanço nos estudos e na implantação desse novo sistema tem envolvido, além dos órgãos públicos que optaram pelo software livre, universidades públicas privadas e outros centros de pesquisa.

Ao aprovarmos esse projeto estaremos modernizando o Estado do Paraná e contribuindo com o fim da exclusão digital.

PROJETO DE LEI Nº 019/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a administração estadual do Estado do Paraná autorizado a contratar em caráter de voluntariado reservistas das Forças Armadas do Brasil por um período de um ano sem vínculo empregatício direto com o Estado do Paraná, com fulcro na Lei Federal nº 9608 de 18 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o trabalho voluntariado no Brasil.

Art. 2º - O serviço voluntariado será exercido mediante a celebração do termo de adesão entre a entidade pública, no caso o Estado do Paraná e o prestador de serviços.

Art. 3º - No caso em tela, o voluntário poderá ser ressarcido pelo Estado do Paraná em decorrência das despesas que comprovadamente realizar no desempenho das funções.

Art. 4º - Fica estipulado que este serviço de voluntariado será exercido nas fileiras da Polícia Militar do Paraná em toda a sua extensão, bem como ainda dentro dos quadros da Polícia Civil do Paraná também na mesma proporção territorial.

Art. 5º - Fica também estipulado a proporcionalidade do número de voluntários em que o Estado do Paraná poderá receber para exercer o voluntariado, ou seja, para a polícia militar 30% e para a polícia civil 25% do total do efetivo em atividade.

Art. 6º - Em relação ao artigo 3º fica também estipulado que o ressarcimento dos voluntários não deverá exceder a metade do que percebe um soldado iniciante da Polícia Militar e um investigador de polícia 5ª classe.

Art. 7º - Os voluntários não poderão prestar serviços policiais sozinhos e quando acompanhados deverão estar desarmados, mas com o equipamento de comunicação indispensável para o desempenho das funções.

Parágrafo Único - Os voluntários não poderão exercer atividade policial armados em hipótese nenhuma, sob pena de ter seu contrato de adesão rescindido unilateralmente pelo Governo do Estado.

Art. 8º - Os voluntários deverão passar por um treinamento básico de 90 (noventa) dias nas respectivas academias de polícias às quais se encontrarem vinculados,

para se instruírem basicamente de princípios básicos de ser um policial tanto militar quanto civil.

Art. 9º - O prazo do contrato de adesão do voluntariado será de um ano, prorrogável por igual período no interesse da administração.

Art. 10 - Fica estipulado ainda que em caso de concurso público os voluntariados terão direito adquirido em pontos em relação a demais candidatos não voluntariados.

Art. 11 - Cabe às Corregedorias da Polícia Militar e da Polícia Civil o acompanhamento através de boletins dos chefes imediatos dos voluntários o comportamento e desempenho dos mesmos.

Art. 12 - Com referência ao artigo 7º onde dispõe das atividades dos voluntariados, fica a critério dos comandantes da Polícia Militar e do delegado geral inserir outras atividades aos voluntários quando entenderem que os mesmos estejam aptos a desempenharem sem colocar em risco os princípios básicos da segurança tanto da população como do próprio voluntário.

Art. 13 - O horário de trabalho dos voluntários não poderá exceder as 08 (oito) horas diárias, podendo ainda os mesmos concorrer a escalas de serviços se adequando aos trabalhos das unidades onde estarão prestando o voluntariado, mas nunca excedendo as 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 14 - Ficam ainda os voluntários obrigados a usarem uniformes com a indicação do "nome de guerra" e com a denominação de voluntário em destaque, a fim de que a população e seus próprios colegas percebam de imediato que se trata de um voluntário.

Art. 15 - Obriga-se o voluntário a submeter-se às regras da disciplina e hierarquia à qual estiver vinculado em seu trabalho de voluntariado.

Art. 16 - Sujeita-se o voluntário às normas penais como se funcionário público fosse, nos casos de transgressões disciplinares ou ainda do cometimento de crimes específicos aos funcionários públicos em geral.

Parágrafo Único - Para efeitos de punições e enquadramentos penais o voluntário ficará sujeito às normas do funcionário público do Estado e não o Regulamento Disciplinar do Exército - RDE, mesmo estando o voluntário prestando seus atos de voluntariado nos quartéis da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 18.02.2003.
(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Com a escassez dos efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado do Paraná e com a Lei de Responsabilidade Fiscal que dificulta ao Estado o aumento dos efetivos de ambas as corporações, bem como considerando o crescente índice de criminalidade surgindo como um marco quase que intransponível para os atuais governos, e ainda vislumbrando o combate ao crime comum e também ao crime organizado que assola o Estado, há necessidade urgente que se reponha pelo menos em parte, o efetivo destas duas instituições seculares, para que pelo menos em número venha a fazer frente à insegurança que estamos vivendo no momento.

Como o Governo Federal e Estadual estão também dispostos a oferecer maiores oportunidades de empregos aos jovens brasileiros, porque não àqueles que durante um ano ofereceram sua vida e seu trabalho para a nossa Pátria e que após a sua dispensa das fileiras das Forças Armadas ficam nossos jovens muitas vezes à mercê do emprego por até um ou mais anos em busca de uma atividade regular e decente, e muitas vezes o crime organizado sabedor das dificuldades encontradas por estes jovens e da experiência que o mesmo adquire dentro dos quartéis, quer com disciplina, armamento e outras técnicas, os convida para que venham fazer parte do crime organizado, mais precisamente ao tráfico de entorpecente como estamos acostumados a ver com tristeza em nossos noticiários jornalísticos.

Como incentivo a estes jovens este projeto de lei os colocará em situação de vantagens em concursos públicos futuros para os quadros da Polícia Militar e da Polícia Civil, conforme foram suas aptidões apresentadas durante o estágio do voluntariado.

Há que se saber ainda que o referido projeto que ora apresentamos não onera o Estado na proporção normal como no caso de contratação de servidores públicos em caso de concurso público.

Outrossim, segundo a diretriz do governo do Estado do primeiro emprego, este projeto é a grande oportunidade para tal.

Por fim, justificando o ora projeto de lei, trato o mesmo com um pouco mais de fôlego a ambas instituições que estão defasadas a mais de dez anos em seus efetivos, podendo com este procedimento liberar os policiais mais experientes ao combate mais efetivo da criminalidade.

Nestes termos justifico o projeto de lei que institui o serviço voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos Reservistas das Forças Armadas do Brasil.

PROJETO DE LEI Nº 020/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as operadoras de telefonia celular, que operem no Estado do Paraná, a manterem cadastro de todos os usuários de aparelhos telefônicos do sistema pré-pago.

Parágrafo Único - O cadastro a que se refere o "caput" deste artigo conterá nome, endereço e número do documento de identidade e do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas, do Ministério da Fazenda.

Art. 2º - As operadoras de telefonia celular ficam obrigadas a, no prazo de 90 dias, convocar os usuários de aparelhos telefônicos do sistema pré-pago, atualmente existente, para o fornecimento dos dados necessários à formação do cadastro referido no artigo 1º desta lei.

Art. 3º - A partir da vigência da presente lei, todos os estabelecimentos que comercializarem aparelhos de telefonia celular do sistema pré-pago ficam obrigados a informar à operadora, no prazo de 24 horas depois de executada a venda, os dados referidos no parágrafo único do artigo 1º desta lei, para serem registrados no cadastro ora instituído.

Art. 4º - Os usuários de aparelhos telefônicos do sistema pré-pago, deverão comunicar eventuais transferências a terceiros, informando às operadoras os dados previstos no artigo 1º, *caput*, do novo usuário do telefone.

Parágrafo Único - as operadoras deverão disponibilizar em suas lojas e revendas, formulário próprio para a comunicação de transferência.

Art. 5º - O não cumprimento das normas da presente lei implicará em multa de um mil (1000) a dez mil (10000) UFIR's ao infrator, aplicável pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros resultantes do recolhimento das multas estabelecidas no *caput* deste artigo serão destinados à aquisição de equipamentos destinados à segurança pública.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.
(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto se justifica tendo em vista que o aparelho de celular pré-pago, por não possuir informações cadastrais sobre o usuário, tornou-se uma importante arma para a criminalidade, especialmente na realização de seqüestros e motins, dificultando investigação dos responsáveis por tais crimes.

À medida que se propõe, visa coibir o uso do sistema de telefone pré-pago pela criminalidade, retirando-lhe o completo anonimato de que se encontra atualmente revestido.

Não se pretende aqui, qualquer iniciativa comercial, e tampouco inibir o uso do telefone pré-pago, que aliás representa expressiva parcela do sistema de telefonia móvel no país (mais de 19,5 milhões de aparelhos), e que constitui o pão acessível às classes menos abastadas, em face ao seu menor custo.

Destaca-se por oportuno, que os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, já tomaram a semelhante iniciativa, com o específico objetivo de vedar seu mau uso do telefone pré-pago pela criminalidade.

Face ao exposto, entendendo ser a medida proposta de grande alcance no combate à criminalidade, solicitamos aos nobres pares desta Casa, apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 021/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Programa Especial de atendimento à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos de idade, denominado Saúde e Cidadania.

Art. 2º - O programa Saúde e Cidadania, desenvolverá ações de orientação integrada, a saber:

- I - Grupos de auto-ajuda (terapia ocupacional);
- II - Oficinas informativas;
- III - Boletins de orientação;

Art. 3º - O programa Saúde e Cidadania, desenvolverá as seguintes ações técnicas:

- I - Campanhas de levantamento de situações;
- II - Consultas sistemáticas pelo SUS;
- III - Acompanhamento periódico;
- IV - Exame de Próstata;
- V - Exame preventivo de câncer de mama e de colo de útero;
- VI - Combate a doenças crônicas degenerativas;
- VII - Tratamento terapêutico de transtornos emocionais;
- VIII - Atendimento odontológico.

Art. 4º - O programa Saúde e Cidadania, realizará Conferência Municipais, regionais e Estadual, abordando temas relacionados à saúde da mulher e do homem, após os 40 anos, deliberando sobre propostas e metas de ação.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, contados de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a criar programa especial de saúde voltado para as pessoas com mais de 40 anos.

Estudos e pesquisas indicam que após os 40 anos as pessoas ficam mais suscetíveis a uma série de enfermidades, especialmente o câncer de mama, na mulher, e o câncer de próstata, no homem.

A falta de orientação e de atendimento adequado, tem levado muitas pessoas a quadros clínicos gravíssimos, gerando por vezes elevados gastos com procedimentos de alto custo, e inúmeras dificuldades para as pessoas com elevados custos para o Estado, cujo sistema já se encontra em colapso há muito tempo.

O programa proposta, visa combinar uma série de ações, com vistas à orientação e prevenção, que custam pouco e dão resultados fantásticos.

Sendo a saúde um direito do cidadão, e dever do Estado, constitucionalmente assegurado, o projeto de lei em epígrafe, propõe a criação do Programa Saúde e Cidadania, com vistas a melhorar as condições de vida da população paranaense, combinando uma série de ações, que em seu conjunto produzem melhoria na condição de vida da população com mais de 40 anos.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa, e posteriormente sua aprovação em Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 022/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, autorizado, doar imóvel de sua propriedade, à Prefeitura Municipal de Marreleiro, para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, com as seguintes especificações:

Parágrafo Único - Trata-se de imóvel matriculado sob o nº 6.896, protocolo 15.273, denominado Lote de Terreno Urbano sob nº 09 (nove), da quadra nº 08 (oito), da Planta e Loteamento da cidade de Marreleiro, da Fazenda Perseverança, situado no município de Marreleiro, Comarca de Francisco Beltrão, da 1ª Circunscrição do Estado do Paraná, contendo uma área superficial de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: ao nordeste, por linha de 40,00 (quarenta) metros confronta-se como lote nº 10 (dez) ao sudeste, por linha de 20,00 (vinte) metros confronta-se com a Rua Telmo Otávio Muller; ao sudoeste por linha de 40 (quarenta) metros confronta-se com o lote nº 08 (oito); ao nordeste, por linha de 20 (vinte) metros, confronta-se com os lotes nºs 12 (doze) e 06 (seis). O

referido imóvel possui um prédio de alvenaria, com 167,20m² (cento e sessenta e sete metros quadrados de área construída, destinada a Agência de Rendas do Estado do Paraná.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado, exclusivamente, para acomodar as instalações e funcionamento da Câmara de Vereadores do município de Marmeleiro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa autorizar o governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores.

O referido imóvel fora objeto de doação da Prefeitura de Marmeleiro para o governo do Estado do Paraná, em 06 de fevereiro de 1985, para o Estado do Paraná construir sede própria da Agência de Rendas estadual naquela município.

A citada sede própria da Agência de Rendas fora construída, sendo que as instalações vieram a ser ocupadas pela Câmara Municipal de Marmeleiro.

A proposição em tela visa autorizar o governo do Estado do Paraná a doar este imóvel ao município de Marmeleiro, para que a Câmara Municipal de Vereadores possa se instalar e funcionar definitivamente no imóvel.

Certo de que a proposição em tela atende aos superiores interesses da Administração Pública, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 023/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigada, a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar através do Diário Oficial, trimestralmente, no último dia útil de cada trimestre, relatório sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), contando as seguintes informações:

I - Número total de veículos automotores, incluindo aeronaves e embarcações discriminando-se por municípios;

II - valores parciais recebidos e a receber, inclusive os referentes à dívida ativa, discriminando-se por municípios.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, se justifica pela necessidade de oferecer aos municípios e à população meca-

nismo claros e simplificados de aferição dos valores arrecadados com IPVA em cada município, bem como de fiscalizar o efetivo repasse da cota desse tributo aos municípios.

Com o advento das Emendas Constitucionais nº 19 e 20, e especificamente, com Lei de Responsabilidade Fiscal, o princípio constitucional da publicidade foi alçado a patamar ainda mais elevado, exigindo do administrador a transparência no trato com a coisa pública.

Outro aspecto que se salienta, é fato de que com a municipalização de diversos serviços públicos acabou onerado sem a contrapartida orçamentária, sofrendo retenções indevidas de recursos, seja por parte da União, seja por parte do Estado.

A obscuridade que paira em relação à arrecadação do IPVA é um exemplo clássico, no qual o município fica sem mecanismo para fiscalizar se efetivamente, sua cota parte está sendo repassada corretamente. Daí a necessidade de impor à Secretaria de Estado da Fazenda a obrigação de publicar tais dados relativos ao IPVA.

Por fim, cumpre destacar, a lição de Norberto Bobbio, em lição magistral sobre o tema ("O Futuro da Democracia", 1986, Paz e Terra), o qual destaca:

"não há, nos modelos políticos que consagram a democracia, espaço possível reservado ao mistério. O novo estatuto político brasileiro - que rejeita o poder que oculta e não tolera o poder que se oculta - consagrou a publicidade dos atos e das atividades estatais, como valor constitucionalmente assegurado, disciplinando-o, com expressa ressalva para as situações de interesse público, entre os direitos e garantias fundamentais". (in acórdão STF - MI 284 - DF - TP - Rel. p/ o Ac. Min. Celso de Mello - DJU 26.06.92)

Face ao exposto, certo da compreensão e sensibilidade dos nobres pares desta Casa de Leis, solicita-se o apoio e posterior aprovação à presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 024/2003

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, criar junto à Estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, serviço especializado de atendimento e para receber denúncias de violência contra a mulher à criança e o adolescente.

Art. 2º - O serviço de que trata o artigo anterior contará com um telefone para atendimento 0800. Com pessoas treinadas para receber as denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

Art. 3º - A identidade do (a) denunciante será mantida no anonimato, sempre que este (a) assim o desejar.

Art. 4º - As denúncias serão encaminhadas para o Órgão competente para serem investigadas e apuradas.

Art. 5º - O Poder Executivo promoverá campanha de divulgação desse serviço, incentivando as vítimas e a sociedade em geral para denunciarem toda violência contra a mulher a criança e o adolescente.

Art. 6º - As despesas decorrentes da implantação desse serviço correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo criar junto à Secretaria de Segurança Estadual, serviço especializado de atendimento para receber denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente, contanto com a disponibilização de serviço telefônico do tipo 0800, e pessoas especialmente treinadas para receber as denúncias.

O pretendido serviço visa oferecer um mecanismo ágil e simples para receber e dar encaminhamento às denúncias de violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

Estudos recentes demonstram que um dos principais fatores que contribuem para que a violência contra a mulher, a criança e o adolescente, não seja denunciada, é a falta de estrutura administrativas especializadas para o atendimento das vítimas e posterior encaminhamento de suas denúncias. No Estado do Paraná, temos pouquíssimas Delegacias da Mulher, funcionando efetivamente, sendo que as vítimas acabam tendo como única alternativa as delegacias comuns.

Dessa forma, visando aparelhar o combate a violência contra a mulher, a criança e o adolescente de forma mais efetiva, é que se apresenta o Projeto de Lei em epígrafe. E, certo da sensibilidade dos pares desta colenda Casa, para como o grave problema que se apresenta, é que pedimos aos nobres parlamentares o apoio e posterior aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI N 025/2003

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os municípios do Estado do Paraná, isentos do pagamento de ICMS, na aquisição de máquinas, veículos e caminhões novos.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 dias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela, representa importante e necessário benefício aos municípios, tendo em vista que o ICMS, compõe valor significativo do preço final das máquinas, veículos e caminhões.

Os municípios em sua grande maioria, vêm passando por duas dificuldades, tendo em vista a política de municipalização dos serviços, desacompanhada da correspondente dotação orçamentária, ficando assim com uma quantidade cada vez maior de tarefas e com a mesma quantidade de recursos.

Com a citada política, está ocorrendo sucateamento dos parques de máquinas e frotas de veículos municipais, o que acaba elevando o custo de manutenção e deteriorando a qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, a pretendida isenção visa aliviar a carga tributária sobre tais produtos facilitando aos municípios a renovação de seus parques de máquinas e frota de veículos.

A pretendida isenção é também uma reivindicação dos prefeitos, cujo assunto está sendo discutido junto às Associações de Municípios, salientando-se a necessidade de renovar as frotas e parques de máquinas, municipais.

Face ao exposto, certo da sensibilidade dos nobres pares desta Casa em relação ao tema, solicitamos o apoio e posterior aprovação à proposição em tela.

PROJETO DE LEI N 026/2003

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nicolau Kussi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nicolau Kussi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê-PR., à Rua Maria Helena Barbosa, s/nº, Bairro Jardim Universitário, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na

integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escola.

PROJETO DE LEI N 027/2003

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal José Jesus Cavalcante - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal José Jesus Cavalcante - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê-PR., à Rua Dr. Rossalvo G. Mello Leitão, 1135, Bairro Jardim Curitiba, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI N 028/2003

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Onive dos Santos - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Onive dos Santos - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê-PR, à Av. Amazonas, 991, Bairro Jardim Lindóia, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na

integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI N° 029/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no distrito de Jaracatiá, município de Goioerê - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no distrito de Jaracatiá, município de Goioerê - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI N° 030/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Primavera - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Primavera, com sede e foro no município de Goioerê - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 031/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ladislau Schicorski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ladislau Schicorski - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê - PR, à rua Pitanga, 433 - Vila Guaíra, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

REQUERIMENTO Nº 032/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, possui sete sindicatos filiados em todo o território do Estado e foi criada com o objetivo de promover e coordenar, desenvolver projetos nas áreas sociais aos trabalhadores das indústrias de reparação de veículos do Estado do Paraná.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 033/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - No artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial nº 6386, de 30 de dezembro de 2002, a sigla "UFIR's" fica corrigida para "UPFPR".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo único de corrigir a sigla "UFIR's", que foi inserida no art. 5º, da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 034/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 3.415, de 02 de dezembro de 1957, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo, com sede e foro nesta Capital".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a Lei nº 3.415, que declarou de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba. Em 13 de junho de 1994 foram aprovados os novos estatutos, alterando a denominação da entidade para Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 035/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Ensino e Fomento - IEF, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Ensino e Fomento - IEF, com sede e foro nesta Capital, foi criada em 2001 e tem o objetivo de instituir, implantar, manter e zelar por projetos de cunho cultural, científico, assistencial e outros que envolvam ações destinadas à preservação do exercício da cidadania, em nossa capital e região.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 036/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Paranaguá-ADFPAR, com sede e foro no município de Paranaguá

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Deficientes Físicos de Paranaguá-ADFPAR, com sede e foro no município de Paranaguá, foi criada com o objetivo de promover e coordenar desenvolver projetos nas áreas sociais, saúde, fisioterapia, medidas de proteção e sócio-educativo.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 037/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Ação Voluntária de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Ação Voluntária de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, foi criado com o objetivo de promover e coordenar atividades que, visem o crescimento da cultura do voluntariado, aumentando sua visibi-

lidade e reconhecimento, implementando estratégias de mobilização e estímulo à participação da comunidade.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 038/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Museu do Futuro, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Museu do Futuro, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, foi criada para instituir, implantar, manter e zelar por projetos de cunho cultural, científico, assistencial e outros que envolvam ações destinadas à preservação do exercício da cidadania.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar como apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 039/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional do Movimento Amor Exigente, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Regional do Movimento Amor Exigente, com sede e foro no município de Londrina, foi criada em 15 de outubro de 1992, com o objetivo de promover e coordenar atividades de prevenção ao uso de drogas, a orientação e o apoio para evitar e tratar de comportamentos inaceitáveis como toxicomanias, alcoolismo e outros vícios.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar como apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 040/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Porto Amazonas, o imóvel situado na

sede daquele município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca Palmeira, transcrição nº 3.009, transcrito no Livro nº 02, fls. 150, datado de 11 de junho de 1982, com uma área de 5.100m², pertencente a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Parágrafo Único - A doação do imóvel, a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para a construção de um estabelecimento de ensino para o município, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora apresentamos, visa atender a enorme demanda de alunos do município de Porto Amazonas e a programação da Fundepar que prevê construção de um estabelecimento de ensino na sede do município.

A área em epígrafe já pertence ao município de Porto Amazonas, e foi repassada a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha,

Por se tratar de matéria de elevado cunho meritório, esperamos contar com os nobres pares desta Assembleia Legislativa, para apoiarem a nossa iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 041/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Agropecuaristas da Estrada Gávea - AAEG, com sede e foro no município de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CLEITON KIELSE

PROJETO DE LEI Nº 042/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Pindó - AMEP, com sede e foro no município de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores Estrada Pindó - Amep, do município de Pérola, tem por objetivo desenvolver ações que concorram para o atendimento da comunidade local, dentro de um conceito familiar, nas áreas que interferirão diretamente no seu crescimento e desenvolvimento.

Sendo assim, sabedores do excelente trabalho que a referida associação faz com a comunidade carente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 043/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Graúna - AMEG, com sede e foro no município de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Daniel Portela - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Jaracataí, município de Goioerê-PR., é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 044/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Bairro São Henrique, com sede e foro no município de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Bairro São Henrique, do município de Pérola, tem por objetivo desenvolver ações

que concorram para o atendimento da comunidade local, dentro de um conceito familiar, nas áreas que interferirem diretamente o seu crescimento e desenvolvimento.

Sendo assim, sabedores do excelente trabalho que a referida associação faz com a comunidade carente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 045/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila Rural, com sede e foro no município de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária da Vila Rural, do município de Pérola, tem por objetivo desenvolver ações que concorram para o atendimento da comunidade local, dentro de um conceito familiar, nas áreas que interferirão diretamente o seu crescimento e desenvolvimento.

Sendo assim, sabedores do excelente trabalho que a referida associação faz com a comunidade carente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 046/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel, com sede no município de Piên e foro no município de Rio Negro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel, com sede no município de Piên e foro no município de Rio Negro, entidade sem fins lucrativos, têm realizado maravilhoso trabalho para garantir a prestação de serviços de saúde, segundo a normativa do Sistema Único de Saúde, à população do município e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 047/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002, que alterou o artigo 1º e respectivo parágrafo único da Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998, que dispõe da substituição da frota oficial do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de revogar a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002, que alterou o artigo 1º e seu parágrafo único da Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998, que dispõe sobre a substituição da frota oficial do Estado.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela, que objetiva revogar a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002, colaborando com os programas do novo governo do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 048/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuaristas da Estrada do Corcovado, com sede e foro no município de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CLEITON KIELSE

PROJETO DE LEI Nº 049/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o *caput* do artigo 4º da Lei nº 11.035, de 02 de janeiro de 1995, alterado pela Lei nº 11.668, de 28 de janeiro de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 4º - O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - sessenta por cento para premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto de renda e outros eventuais tributos;

II - três por cento para a administração dos serviços da Serlopar;

III - trinta e três por cento para a entidade desportiva autorizada a aplicar em projetos ou atividades de

fomento ao desporto e custear as despesas de administração e divulgação; e

IV - quatro por cento para entidades declaradas de Utilidade Pública Estadual, que trabalham com jogadores compulsivos.”

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

PROJETO DE LEI Nº 050/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único da Lei nº 13.738/2002, que passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para a instalação do Batalhão da Polícia Florestal, para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes, e para outros serviços do Poder Executivo de Morretes, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo corrigir uma distorção na Lei que reverteu o referido imóvel ao município de Morretes, tendo em vista a metragem do terreno. Por se tratar de uma área razoavelmente grande, somente com a utilização constante da Lei nº 13.738/2002, grande parte da área ficará ociosa. Recentemente o município de Morretes angariou junto à Petrobrás, uma doação de viatura e instalações do Corpo de Bombeiros. Parte desta área serve perfeitamente aos objetivos do contrato e da municipalidade. Como ainda sobra parte do terreno, pretendemos deixar a critério da Prefeitura Municipal o destino da área restante, de acordo com os interesses da municipalidade.

Assim sendo, contamos com o apoio dos demais pares desta Casa de Leis, para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 051/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a 21ª Subdivisão da Polícia Civil, a qual abrange os territórios dos municípios de Palmas, sede da unidade, Mangueirinha, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Clevelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente tem como objetivo a adequação da estrutura da Polícia Civil para o melhor atendimento às comunidades dos municípios abrangidos, visto que atualmente é evidente a dispersão territorial dos locais que tais serviços são prestados.

Por fim, importa frisar que a criação da 21ª Subdivisão Policial beneficiará mais de 100 (cem) mil habitantes, os quais deixarão de sofrer com tamanha dificuldade para utilização dos relevantes serviços da nossa grandiosa corporação da Polícia Civil.

PROJETO DE LEI Nº 052/2003

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de Adolescente - Amaras/Recanto Mundo Jovem, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Amaras/Recanto Mundo jovem foi inaugurada em 1º de novembro de 2000, no município de Maringá, e está registrada no Conselho Municipal de Assistência Social.

A entidade funciona como centro de apoio a dependentes de substâncias químicas, atendendo jovens de 12 a 17 anos, que desejam sob regime de internação, semi-liberdade ou liberdade assistida. Os jovens chegam até a Associação através do Conselho Tutelar, das Varas de Infância e da Juventude e demais órgãos ligados à criança e ao adolescente de Maringá e Região.

Como forma de estreitamento de relações e cooperação com o Poder Público Estadual, a organização necessita do título de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N 053/2003
Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Bom Samaritano, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Bom Samaritano, com sede na Av. Curitiba, 416, sala 104, no município de Maringá, foi fundada em 31 (trinta e um) de maio de 2001.

Tem por finalidade promover e executar a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde a todos que buscarem seus serviços, prestando assistência gratuita às pessoas reconhecidamente carentes. Propõe-se, também, a cooperar com os poderes públicos e demais organizações que tenham como objetivo a solidariedade humana, social e econômica.

A entidade também possui o título federal de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como a declaração de Utilidade Pública Municipal.

A comunidade maringaense recebe a importante participação da referida Associação, cujos membros se dedicam a melhorar a qualidade de vida de pessoas carentes de recursos financeiros, promovendo saúde, educação e, conseqüentemente, cidadania.

Com o objetivo de estreitar relacionamento de cooperação como Poder Público Estadual, a Associação Bom Samaritano necessita da declaração de utilidade pública estadual.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de contar com a vossa compreensão e do deputado Nereu Moura, 1º Secretário, parece-me que V. Exa. leu um ofício que trata de Reforma Administrativa? Poderia V. Exa. fazer a leitura para nós?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Deputado Augustinho Zucchi, o ofício do governador, nº 771/2002 encaminha à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 13.986, sancionando-o, o qual foi votado pela Assembleia Legislativa no final do ano passado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente. Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Pastor Edson Praczyk.

O SR. EDSON PRACZYK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

É um prazer muito grande retornar a esta tribuna, e maior alegria ainda, estar estreando a tribuna nesta nova legislatura.

O que me faz ocupar este espaço são os fatos decorridos da data de ontem, quando fomos honrados com a visita do nosso governador a essa Assembleia Legislativa e que fez uma explanação fantástica, brilhante, dos seus 40 dias de mandato. Perfeito até seria se a explanação não tivesse, em dado momento, a pessoa do nosso governador se equivocando numa colocação, que a princípio deixaria passar em branco. Mas senti-me motivado a falar na tarde de hoje, por duas razões: primeiro, as muitas manifestações solidárias dos companheiros, dos colegas, dos demais deputados; segundo pelo fato de que durante quase 4 anos arduamente viemos trabalhando no aspecto de tornar realidade a transformação de um projeto de nossa autoria em uma lei.

O equívoco do nosso governador se deu no momento que ele explanava, discorria sobre a carência da informatização do nosso Estado. Ele mencionou a existência de um projeto de lei, sobre a utilização da “Plataforma Livre”, do “Soft Livre”, que na hora de atribuir a autoria do projeto, ele equivocou-se e atribuiu ao meu colega, companheiro Tadeu Veneri.

Esse projeto realmente existiu, porém a autoria do referido projeto atribui-se à nossa pessoa. É um projeto como disse e faço questão de salientar, venho trabalhando diuturnamente, durante quase que os 4 anos do meu primeiro mandato estudando todas as formas possíveis para tornar realidade esse sonho, provando de formas técnicas quão vantajoso é, a exemplo de vários países do mundo e também Estados brasileiros, da importância da adoção do “Soft Livre”.

Para que Vs. Exas. mesmo que não sejam conhecedoras dessa área entendam do que estou falando: o “Soft” é um programa de computador. Aliás o computador não tem sentido sem um programa e, existem duas categorias de programas de computação: os “Soft Livre” - os Programas de Distribuição Livre, código fonte aberto; o “Soft Comercial”, o “Soft Proprietário”.

Seria mais ou menos como se nós estivéssemos falando de um bolo.

Então, posso ter um bolo de chocolate, por exemplo, e a receita desse bolo seria proibida, ser alterada, ser divulgada, ser modificada. Ainda que havendo ou existindo uma necessidade. Esse é o perfil do soft proprietário. A receita do soft não pode ser alterada, não pode ser mudada mesmo existindo necessidade e mesmo existindo pessoas capacitadas para isso.

E o soft livre é esse mesmo bolo, que de acordo com o meu paladar, de acordo com a conveniência, com a necessidade, posso substituir os ingredientes a hora que eu bem quiser. E de chocolate eu posso transformá-lo,

usando como base essa mesma receita, em um bolo de baunilha, de laranja e assim por diante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Segundo inscrito o senhor deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

É um novo dia de emoção que se renova neste Parlamento no reinício do novo período legislativo, onde quero, nesta oportunidade, congratular-me com todos os eleitos e reeleitos e desejar a todos uma profícua legislatura, na certeza de que o parlamento do Paraná se aprimora a cada dia atendendo uma tendência de evolução cultural, sócio-econômica do nosso grande Estado do Paraná.

No dia de ontem, como de praxe, tivemos a presença do chefe do Executivo do Estado, o governador Roberto Requião. Fez um pronunciamento forte, uma postura irreparável, uma leitura da situação econômica do Estado bastante precisa. E marcou-me quando disse: "...aguardei 40 dias e 40 noites para vir a esta tribuna, que simboliza a tribuna da Oposição...". Ou seja a tribuna daqueles que sonham com uma sociedade mais igualitária, aqueles que sonham com um mundo melhor para a nossa comunidade.

Foi firme, foi preciso e particularmente gostei muito do discurso do governador Requião. Devo confessar que foi a única vez que o governador se elegeu para os cargos que ocupou na vida pública em que não contou com o meu voto. Contou para deputado estadual, para prefeito de Curitiba, para senador, para governador. Mas precisamos reconhecer a vontade, a determinação e o desejo da evolução da sociedade que quer o nosso governador. E, evidentemente, a sociedade está espelhada no retrato dos representantes que têm aqui no Parlamento estadual.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, dito isto gostaria de passar a informação aos novos deputados e ao mesmo tempo lembrar aqueles que estavam no exercício do mandato anterior, um requerimento que esta Casa aprovou e encaminhou ao então governador, solicitando informações ao Poder Legislativo.

Primeiro: prestação de contas do Estado do Paraná referente aos exercícios anteriores. Prestação de contas do Banco do Estado do Paraná, no exercício de 1998. Tendo em vista que o Banestado não enviou ao Tribunal de Contas a prestação de contas do exercício de 98, em 19 de junho foi aprovado por esta Casa e o ex-governador não respondeu.

Senhores deputados, a revista "IstoÉ", traz na sua primeira página: 30 bilhões de dólares remetidos pelo Banco do Estado do Paraná para as contas do CC-5. Isso aqui não passou impune pela imprensa e nem tampouco

pode ter passado impune pela diretoria do Banestado, da época, nem tampouco do Banco Central. tendo em vista que o Banco do Estado recebeu uma multa de 175 mil reais e pagou essa multa. Portanto, reconheceu. E esse talvez seja o motivo que nos respalda a pedir uma coisa muito simples e muito objetiva a este Parlamento: a CPI para investigar o Banestado.

Esta CPI para investigar o Banestado, é uma CPI que representa apurar uma dívida que o Estado assumiu de 4 bilhões e 25 milhões de reais, a ser paga em 30 anos. Em 98 o banco deu 2 bilhões e 800 milhões de reais de prejuízo. O Banco Central e o governo do Paraná se entenderam, o povo assumiu a dívida, o furo, e vai pagar em 30 anos uma conta, e o Parlamento não pode se omitir de uma CPI específica para ouvir os diretores do banco, para saber deles o que é que aconteceu no Banestado.

Por isso, a partir deste momento, passo a solicitar a assinatura de cada membro deste Poder, para que possamos cumprir a nossa missão e o nosso dever, como disse o governador Requião. Precisamos ajudá-lo a fiscalizar e a recolocar o Estado nos trilhos da justiça e do desenvolvimento e combater firme os desmandos e a postura questionável do governo anterior, que deixou uma dívida que representa quase 40 milhões de reais por mês. Que é menos dinheiro para a saúde, menos dinheiro para a educação, menos dinheiro para a segurança e o Estado está devendo 12 bilhões de dívida consolidada e desses doze bilhões, quatro bilhões e vinte e cinco, são do Banestado. E não é lógico passarmos a fazer vistas grossas, até porque o Brasil inteiro está esperando da Assembléia do Paraná, uma manifestação.

O procurador critica a direção do Banestado. Precisa este Poder manifestar-se sobre este tema. É evidente que têm outros temas que deveremos nos manifestar, mas sobretudo, os quatro bilhões e vinte e cinco milhões que o povo do Paraná está a pagar, não pode ficar sem uma manifestação de fiscalização, de auditoria e que passe pelo crivo deste Poder e uma CPI tem amplos poderes para ouvir os ex-diretores, para ouvir os implicados para a quebra do sigilo fiscal e telefônico. Vamos usar da prerrogativa que temos para ir em busca desta dívida, porque não podemos aceitar que um banco público dê um prejuízo de dois bilhões e oitocentos num único exercício, num único ano.

Não podemos aceitar que o governo do Paraná vá ao governo federal e conquiste junto ao INSS cinco bilhões e seiscentos milhões de reais de empréstimo para aporte de capital, para saneamento de um Banco e depois vender o mesmo banco por um bilhão e seiscentos milhões de reais. Ora, a Assembléia Legislativa, na oportunidade, deu autorização para que o Banco arrolasse quatro bilhões e cem milhões de reais. Até isso foi extrapolado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. NEIVO BERALDIN

Portanto, mais uma vez, o governo e a direção do Banco da época cometeu uma improbidade administrativa porque não podia ter extrapolado a autorização legislativa.

Portanto, para encerrar, quero desejar a todos boas vindas. Quero dizer que vou continuar nesta tribuna, porque esta tribuna tem história. Esta tribuna não significa Situação nem Oposição, significa um estado de inquietação com as coisas que estamos a conviver, a ver e a assistir e, muitas vezes, calado, compondo uma Bancada de minoria e que agora, seja a Bancada da maioria em favor do povo do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próxima deputada inscrita, Elza Corrêa.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, demais companheiros que compõem a Mesa Diretiva dos trabalhos desta Casa, senhores deputados, senhoras deputadas.

Especialmente cumprimento a nossa companheira Cida Borghetti que hoje faz aniversário. Felicidades.

Quero cumprimentar aos colaboradores da Assembleia Legislativa, aos colegas da imprensa senhoras e senhores.

Reafirmo no dia de hoje, em nossa sessão plenária, após a instalação dos trabalhos, nosso compromisso com um mandato ético, pautado nos interesses do nosso Paraná, na defesa de ações que garantam a cidadania da população, na luta incondicional do combate à corrupção, na elaboração de leis que de fato contribuam com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na fiscalização do erário e do patrimônio público.

Os que nos conhecem sabem o quanto somos firmes na defesa dos princípios que norteiam a ação e conduta política, mas sabem também que procuramos manter as eventuais divergências sempre no campo das idéias. Não temos por hábito, por não achar civilizado, o expediente de levar as questões políticas e ideológicas para o campo pessoal, o que, entendemos, contraria a construção da democracia onde as adversidades e opiniões diferentes são não só dever, como necessidade.

Vivemos um novo momento. Depois de muito tempo temos a oportunidade concreta de iniciar a reconstrução de nosso Estado e juntos a busca do Paraná que merecemos. O discurso do governador, apontando grandes problemas que teremos que enfrentar e a real situação em que se encontra o Estado, não foi de meras críticas infundadas, nem denunciismo, mas sim questões públicas, fatos que estão sendo descobertos, sobre os quais suspeitávamos mas não tínhamos acesso aos documentos. Cabe à Assembleia do Paraná, resguardando seu princípio de autonomia e independência, ajudar a restabelecer a verdade e a ordem no Estado. Para isso, contamos com o trabalho de todos os parlamentares e destacamos aqui o

papel das deputadas, que representam nesta Casa um grande contingente da população, mais da metade da população brasileira, portanto, que ainda luta pela inclusão da questão de gênero das políticas públicas de nosso País. Nós dobramos nossa participação aqui em 100% mas ainda somos apenas quatro mulheres.

Companheiros e companheiras, cumprindo o nosso papel fiscalizador, aliás o mais importante da ação legislativa, já colhemos assinaturas em um requerimento pedindo a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para esclarecer não só à população de Londrina mas a todo o povo do Paraná o que, de fato, aconteceu na transação em que a Sercomtel vendeu 45% de suas ações à Copel em maio de 1998, aliás objeto também nesta Casa de pedido de abertura de uma CPI que foi inviabilizada em menos de 48 horas. Vale lembrar que 98 foi ano de eleição estadual quando houve um esforço coletivo de todo Paraná para levar Jaime Lerner ao 2º mandato. Nós devemos isso aos paranaenses, afinal trata-se da venda de um patrimônio público a um parceiro estratégico, contrariando inclusive a Lei Orgânica do Município de Londrina que obriga que a venda de telefonia municipal seja feita, ou fosse feita, em bolsa de valores. Jamais por transferência direta de ações, como foi feito em 98. Aquela transação está crivada de perguntas sem respostas, afinal foi recebido, naquela transação, o volume de 186 milhões de dólares considerando que em maio de 98 o câmbio fixo equiparava um real a um dólar. Valor aliás cuja utilização não foi prestada contas até hoje, e está sob investigação da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Promotoria de Investigação Criminais de Londrina que já propuseram inúmeras ações civis e criminais contra os integrantes do esquema de desvio de dinheiro. Além disso há provas que parte do dinheiro da venda foi usado em campanhas eleitorais. Essa questão não diz respeito apenas a Londrina ou ao norte do Paraná, diz respeito a todo Estado e por isso é importante que tenhamos, nesta Casa, a responsabilidade da abertura dessa CPI. Hoje o Sercomtel está sendo administrado pelo Francisco Roberto, com a administração do PT, trata-se de uma investigação de 98, quando aquela transação aconteceu.

Nós daríamos entrada hoje desse pedido, mas deixaremos para amanhã porque queremos conversar com outros companheiros, com a bancada do apoio para, se necessário, revermos o texto dessa solicitação.

Companheiros, iniciamos hoje um caminhar de 4 anos e nesses primeiros passos quero deixar consignado o meu compromisso; que sempre foi o compromisso com a ética, com respeito a todos os companheiros que compõem esta Assembleia, aos funcionários desta Casa e, principalmente ao povo do Paraná que, através de seu voto nos conduziu até aqui de quem somos interlocutores e estamos obrigados a prestar contas dos nossos atos.

Enfrentamos agora uma condição política que não experimentávamos há anos, fazemos parte da Situação. Somos signatários do programa de governo de Roberto Requião, que se propõe de forma urgente, políticas públi-

cas de inclusão social por meio do desenvolvimento econômico e político do Estado.

Entretanto, o fato de sermos situação não nos afastará do compromisso de termos que estar atentos às ações do governo, aliás conforme cobrou muito bem o próprio governador ontem quando esteve aqui neste espaço.

Há muito por ser feito para o Estado do Paraná nesses próximos 4 anos. E haveremos todos nós de fazê-lo, porque esta é a expectativa da população, é a expectativa daqueles que nos conduziram a esta Casa.

Hoje, o governador Roberto Requião retirou a grande cerca que isolava há três anos o Palácio Iguaçu dos populares e comuns. Um exemplo a ser seguido de aproximação com a população. Não trata-se de uma questão de mérito para nós aqui da Assembléia, entendo tratar-se de uma questão de obrigação.

Quero deixar cosignado nesta Casa que esta deputada foi conduzida a este espaço para, junto com os companheiros, de forma firme, decidida e incondicional, lutarmos para que possamos de fato reescrever a história desta Estado. Colocar o Paraná nos trilhos e devolver a dignidade a todo cidadão do Estado.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

Gostaria de fazer uma saudação aos nossos companheiros deputados. Dizer que é um grande prazer voltarmos a esta Casa de Lei com a alma lavada, depois de ter passado por mais um momento eleitoral, sendo o deputado mais votado em Ponta Grossa. Voltamos prontos para trabalhar, para discutirmos os principais assuntos do Paraná e fazermos os grandes projetos que o Estado do Paraná precisa neste momento de transformação da qual ouvimos ontem nas palavras do governador Roberto Requião.

Quero comunicar ao Plenário que fazem parte da “bancada da bola” que o nosso time volta a operar na quarta-feira. Haverá o primeiro encontro lá na Reserva Beraldin.

Volta o time da Assembléia, esse time que ficou apagado por muitos anos, volta agora. É claro que sem o Miltinho Pupio que está meio lesionado, mas os demais deverão fazer parte da nossa equipe. Então, todos estão convidados para esse encontro de confraternização que vai haver todas as quartas-feiras.

Senhor presidente, senhores deputados: estou trazendo, hoje, aqui, e coletando assinatura dos senhores parlamentares, um pedido que é, sem dúvida, um anseio do povo do Paraná. Para isso estamos recebendo o apoio da grande maioria dos senhores deputados a uma campanha que não é nossa, mas que vem sendo apoiada com

muita determinação pelo Paraná e principalmente pelo jornalista Francisco Cunha Pereira, que aproveita-se deste momento tão importante que vive o Brasil para que o Paraná possa ter uma representatividade em nível de Supremo Tribunal Federal. Por isso, estamos fazendo essa indicação que tem a participação de todos os senhores deputados para que o Paraná possa ser ouvido, possa participar e possa indicar.

Atendendo um conclave de toda sociedade, estamos fazendo um requerimento e protocolando hoje, que tem a assinatura da maioria dos senhores deputados.

Os deputados do Paraná apóiam esse movimento encabeçado pelo Dr. Francisco Cunha Pereira e que vai fazer com que o Paraná tenha cada vez mais representatividade. Essa é uma luta, também, do nosso companheiro e amigo Valter Samara, de Ponta Grossa e por isso estamos protocolando este requerimento no dia de hoje, aqui, nesta Casa.

Senhor presidente, também gostaria de destacar que no dia de hoje, estamos colocando nesta Casa, votos de congratulações à Imprensa Oficial do Estado, que de forma bonita valoriza nossa Colônia lá em Ponta Grossa com a agenda deste ano, colocando aquele povo tão sofrido e simples lá do interior de Ponta Grossa, na capa e na história da agenda deste ano. Nossos cumprimentos ao seu diretor, João Carlos de Almeida, que inclusive é pontagrossense e nos enche de orgulho.

Quero destacar, também, que nesta tarde estamos protocolando, juntamente com o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, deputado Plauto Miró e Alexandre Curi, um requerimento pedindo providências quanto à rodovia BR-487, que liga Cândido de Abreu até Reserva.

Tivemos lá a paralisação das obras e muitos acidentes, muito sofrimento do povo. Estivemos sábado em Reserva e comprovamos que há a necessidade urgente de se iniciar o recapeamento daquela rodovia. Por isso, os quatro deputados mais votados daquela região estão assinando este requerimento pedindo providências.

Para finalizar, senhor presidente, estamos vivendo um drama hoje em Ponta Grossa; acho que todo mundo que tem amor ao próximo vai concordar conosco, refere-se ao abandono da saúde. Temos apenas dezesseis leitos de UTI para a região dos Campos Gerais, o que é uma verdadeira vergonha!

Recentemente, na semana que passou, duas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. tem mais cinco minutos usando o Horário da Liderança.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, senhor presidente!

Eu estava falando sobre as UTI's: a única região do Paraná que tem dezesseis leitos de UTI, senhor presidente, senhores deputados, é a região de Ponta Grossa.

A maioria das demais cidades do Paraná, todas elas, têm quarenta, cinquenta leitos de UTI e nós dos Campos Gerais temos apenas dezesseis leitos, sendo que a grande maioria é usado por pessoas que têm condições de pagar, sobrando ao povo mais simples, ao povo do SUS, quase nada. Recentemente, perdemos duas pessoas que estavam em deslocamento de Ponta Grossa para arrumar uma UTI em Guarapuava, o que é uma vergonha para nós!

Então, fica aqui, um pedido ao Governo do Estado, ao novo secretário da Saúde, que dê prioridade às UTI's na região dos Campos Gerais. Temos três belos hospitais: um em Castro, outro em Tibagi e o terceiro em Ponta Grossa, precisamos, urgentemente, não é para amanhã, é para hoje, a colocação das UTI's e com detalhe: bancada pelo Governo do Estado. O Governo do Estado, ao longo dos últimos anos, deixou a saúde em segundo plano em Ponta Grossa e nós precisamos, urgentemente, recuperar esses investimentos com a imediata colocação das UTI's lá nos hospitais de Ponta Grossa, porque sem dúvida nenhuma esse é um pedido da população, é um pedido das pessoas mais simples que têm sofrido e que não conseguem um internamento e muito menos uma UTI.

Vou cobrar todos os dias aqui, se for preciso, e espero que o Governo do Estado, esse Governo que assume agora com vontade, que é preferencialmente pelos mais humildes, atenda essa reivindicação e coloque as UTI's em Ponta Grossa.

Sei que é difícil, que é preciso licitação, precisa de mais algumas adaptações, mas temos que começar hoje, para que amanhã não venham aqui e digam que morreu mais alguém por falta de uma UTI na região dos Campos Gerais. E confio que o governador Roberto Requião, dentro dessa fase de transparência, de mudar o Paraná, irá nos dar esse prazer e essa satisfação de fazer com que o povo dos Campos Gerais receba essas UTI's que são de fundamental importância para todos nós.

E para finalizar, senhor presidente, gostaria de deixar aqui um pedido, estamos vivendo um novo momento no Paraná, o governador acaba de tirar as grades do Palácio Iguaçu; vamos tirar aqui da Assembléia também? Afinal, a Assembléia é a Casa do Povo.

Então, fica esse pedido para que também se retire a grade da Assembléia.

Muito obrigado senhores deputados, muito obrigado senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Augustinho Zucchi. Concedo cinco minutos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero prestar solidariedade a quem não veio para cá.

A minha solidariedade aos nossos amigos, companheiros que não se reelegeram.

A minha congratulação aos companheiros que voltaram para cá, deputado Vanhoni e a minha alegria de rever aqui companheiros que assumem a Assembléia Legislativa neste mandato e que num momento histórico respondem pela maior renovação do legislativo paranaense.

E não é pouco isso, até porque se renovamos em 40% em número, tomara possamos renovar em idéias, gestos, debates, enfim possamos renovar aquilo que é importante para a Assembléia e quem sabe discutir até as posições mais emblemáticas, por mais que sejam simples como o caso da grade aqui na Assembléia, a cerca, mas...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Pedindo escusas ao orador que ocupa a tribuna, suspendemos a Sessão por três minutos, para receber o governador Hector Jiménez Galeano, governador de Canindeyu no Paraguai.

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está reaberta a Sessão e concedemos mais três minutos ao orador que ocupa a tribuna, deputado Augustinho Zucchi, agradecendo a sua compreensão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço a atitude de V. Exa. mas suspendo meu pronunciamento para o fazer em outra oportunidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Terminado o Pequeno Expediente, passamos agora ao Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Pastor Edson Praczyk, por trinta minutos.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, como estávamos anteriormente explanando nesta tribuna, no pronunciamento de ontem o nosso governador, equivocadamente, atribuiu a autoria do Projeto de Utilização de Software livre ao nosso companheiro e correligionário da Aliança Renova Paraná, Tadeu Veneri, quando na verdade este Parlamentar que vos fala é autor deste projeto, protocolado nesta Casa de Leis, que, diga-se de passagem, até coincidentemente foi seguido ou simultaneamente também protocolado na Câmara de Vereadores por V. Exa. presidente Natálio Stica.

E dado o momento, eu confesso que fiquei entristecido porque quatro anos de trabalho, porque os nobres pares hão de concordar que quatro anos, incansáveis, em função de tornar possível e realidade esse projeto, uma lei do nosso Estado seguindo o exemplo e os moldes de muitos países de 1º mundo, não poderia pura e simplesmente, ser deixado passar em branco sem que se frisasse, sem que corrigisse esse equívoco.

Eu compreendo, presidente, deputados, de que o nosso governador tem uma infinidade de coisas muito mais importantes a pensar, e não seria uma coisa tão pequena, tão ínfima que deveria ser obrigatoriamente lembrada pela pessoa do governador. Mas, responsabilizo a assessoria do governador em ter-lhe municiado erroneamente com informações que não procediam. Para quem não sabe, uma vez que eu abracei a causa software livre no Estado do Paraná, eu fiz um pedido de informações por ocasião à presidência que era ocupada pelo nobre companheiro, deputado Nelson Justus. E expirando o prazo de informações que fizemos à Secretaria, à administração ocupada pelo senhor Ricardo, não foram dadas as informações. Eu questionava o número de computadores que o Estado possuía, o que eram feitas das máquinas sucateadas do Estado, quanto se gastava ou investia em software proprietários, em atualização, upgrade, renovação de equipamento, uma vez que nos moldes do software proprietário é exigido cada vez mais máquinas robustas, máquinas de primeiríssima linha, vamos dizer assim.

E sem obter as respostas, eu acionei a Assembléia Legislativa e na pessoa do deputado Nelson Justus, nosso presidente, eis que eu exigi o afastamento da pessoa do secretário. E só aí então vieram as informações incompletas, sim, bem incompletas, bem aquém do que esperávamos. Mas, com base nessas informações deturpadas, incompletas, insuficientes, eu elaborei mais ou menos um esboço do que se poderia ter feito nesses oito anos do governo anterior e que se foi desperdiçado, literalmente, com a utilização de programa de computação nos moldes do software proprietário.

E na época eu tinha feito um cálculo, mais ou menos seis mil e quinhentas casas populares, isso consta nos anais da Casa, da Assembléia Legislativa, eu fiz este comparativo, ou novecentas creches, ou duas mil e quinhentas ambulâncias, ou poderia ter sido feito mil e trezentos batalhões de polícia, inclusive com toda a estrutura completa, está aí o deputado Braddock que entende muito disto, mil escolas, todas com quatro salas mais um laboratório de informática, enfim, dava para se fazer uma infinidade de coisas positivas se tão somente tivesse adotado a utilização do software livre.

Bom, senhores, por esta razão é que fui compelido a voltar a esta tribuna para pedir aos nobres pares o devido apoio a este projeto que é um projeto extremamente inteligente, não porque é de nossa autoria, mas é viável, o custo benefício, eu poderia dar inúmeros exemplos. Posso pegar o exemplo do meu próprio gabinete, eu até costumo ironicamente dizer o menor gabinete da Casa, não tive sucesso de conseguir um gabinete maior nessa transição, o menor, que já foi inclusive, do deputado Rafael Grecca, e o que aconteceu? Eu equipei o meu gabinete com oito computadores e mais um computador extra, um computador como servidor. Se eu tivesse utilizado qualquer plataforma proprietária, qualquer programa de computação não livre, não aberto, eu teria

gastado nada mais nada menos do que setenta vezes mais o valor que eu investi no meu gabinete.

Portanto, sou, creio que, o único deputado que tenha todo o gabinete informatizado com nove computadores. E pasmem, senhores, um dos computadores, uma das minhas máquinas eu fiz questão, de propósito, adquiri-la nos classificados de um jornal do Paraná. Paguei cem reais por este computador. Por que razão? Para que se prove o porquê da minha insistência na utilização do software livre - nunca, em tempo algum, nenhuma outra plataforma comercial conseguiria reproduzir todo um equipamento de computadores ligados em rede como é possível com a utilização do software livre. Eu tenho uma máquina, um Pentium 386 que não roda absolutamente nada, mas é possível isto com a plataforma livre. Inclusive convido os senhores parlamentares que tiverem interesse de ver, é um verdadeiro protótipo, para que seja um exemplo, embora ínfimo, do que é possível fazer no Estado, olhando de uma forma ainda que grosseira, mas em âmbito geral, se pode no primeiro ano de adoção do software livre economizar de pronto setenta por cento ou mais informatizando todo o Estado. Inclusive para que não aconteça aquela vergonha que aconteceu até então no governo passado das delegacias terem o computador graças ao delegado que leva o seu de casa, a sua impressora, porque o Estado não conseguiu viabilizar isto nesses oito anos.

Com a adoção do software livre tudo isto seria possível com uma parcela muito pequena, muito insignificante em relação dos benefícios que podem se trazer. Então, por esta razão eu faço um apelo aos nobres pares de, desde já, assumir um compromisso pelo bem do Paraná, pelo bem do desenvolvimento tecnológico do nosso Estado, que não pode ficar de fora dessa revolução de informatização mundial, que dêem o devido apoio ao meu projeto.

E aproveito o ensejo, sabendo que o nobre colega, deputado Tadeu Veneri, também tem um projeto muito parecido, quero fazer carinhosamente até um apelo a V. Exa., nós sabemos que a nossa assessoria é responsável muitas vezes, por uma infinidade de decisões nossas que nem sempre condizem com aquilo que nós teríamos que fazer, e então eu recomendo a V. Exa. deputado Tadeu Veneri, que instrísse sua assessoria que sempre tivesse um cuidado a mais na hora de criar os projetos, na hora de apresentar e formar os projetos, para que se não tivesse o erro de inconscientemente clonar o projeto e ter dois, três, quatro projetos idênticos. Porque ainda que seja de uma forma inconsciente, acaba expondo o parlamentar a uma situação deselegante e embaraçosa. Esse é o apelo que faço. Aproveito o ensejo parafraseando o texto da Bíblia Sagrada - tudo isso falei aproveitando um texto de provérbios, que diz: "Instrui o sábio e torna-o mais sábio ainda". Essa é a recomendação que faço, que é para tornar V. Exa. mais sábia do que já é.

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado, senhores parlamentares.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Presidente, eu gostaria de congratular-me com a nossa Mesa Executiva, pela iniciativa que teve na realização, no dia de ontem, do culto ecumênico, que foi realizado pela manhã, pela ação de graças ao início da nossa 15ª legislatura. Achei uma iniciativa muito louvável. Tivemos a presença de mais de uma dezena de parlamentares nesse culto, com representantes da igreja católica e de diversas igrejas evangélicas. Por isso gostaria de estar me congratulando neste momento com essa iniciativa da nossa Mesa Executiva.

Gostaria de parabenizar a deputada Cida Borghetti, por seu aniversário. Creio que esse é o sentimento de todos os companheiros deste plenário, desejando-lhe muitos anos de vida.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos as suas palavras, deputado Iensen e nos somamos aos votos de aplausos à iniciativa de ontem. Aliás, é mais do que necessário que façamos esse pedido, para que esses trabalhos aqui continuem como sempre foram.

Quero aproveitar o momento para registrar também - lembrado por V. Exa. - o aniversário da nossa deputada Cida Borghetti no dia de hoje.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL; PSC; PSL; PPS; PT.

Concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin, que fará uso por cinco minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Peço a palavra, pela ordem, para comunicar à Casa, que apresentamos à Mesa um pedido de CPI do Banestado.

Consultamos apenas 21 deputados - todos os consultados assinaram - portanto há assinatura suficiente. Aqueles que ainda não foram procurados, o serão na seqüência, para que essa CPI tenha unanimidade da Casa, tendo em vista que é uma CPI que se reveste de interesse do Estado e quem sabe do Brasil. Porque o Banco Central também foi conivente com um furo de mais de 5 bilhões de reais a esta Assembléia, com certeza, irá prestar um grande serviço ao Paraná e à Nação, fiscalizando com rigor o Banestado, com extensão das suas agências em Nova Iorque e Paraguai, na Banestado Leasing e de toda a história negra que conhecemos do nosso saudoso Banestado. Portanto, é com muita satisfação e emoção, que comunico à Casa esta concretização desse sonho, de desvendar esse nosso Banestado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Em primeiro lugar quero parabenizar a deputada Cida Borghetti, em meu nome e em nome do Partido dos Trabalhadores, pela passagem de seu aniversário. Parabenizar, senhor presidente a Mesa que vai conduzir os trabalhos por esse 2 anos, presidente Hermas Brandão, os demais companheiros da Mesa, desejar-lhes muito sucesso. Com certeza o sucesso de vocês também será o nosso no desenvolvimento dos trabalhos desta Casa.

Também já lembrando que tem uma grande tarefa essa nova Mesa que assume, que é pensar com carinho a situação dos servidores desta Casa, que há muito tempo vêm reivindicando a questão do Plano de Cargos e Salários.

Acredito, e acredito muito nesta Mesa que ora assume, que vai pensar com muito carinho pelos nossos servidores aqui da Casa.

Senhor presidente, estamos no início de mais um período legislativo, aonde muda-se governos, tanto de Estado como a nível nacional.

Para nós, do Partido do Trabalhadores é um grande desafio porque temos o presidente da República. Elegermos, não foi só nós que elegemos mas foi o povo brasileiro que elegeu, Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente da República, e acredito que todos nós queremos o melhor para o país.

Sabemos que a situação do país não é das melhores, e bem disse o Lula num discurso seu: "Não vamos ficar aqui os 4 anos chorando, lamentando a situação em que se encontra o país". Não sabíamos que estava tão ruim, mas sabíamos que não era das melhores. Agora é necessário unirmos as forças e lutarmos para que possamos, construir um Brasil melhor. O Brasil que eu sonho, com certeza é o que todos os deputados que estão aqui, também sonham. Um Brasil sem violência, sem desemprego, sem discriminação, um Brasil que luta e valoriza a nossa agricultura familiar, um Brasil que sonha que quer justiça social.

Tenho certeza que este sonho que é do Partido dos Trabalhadores, que é de todos nós deputados, não só do PT, eu tenho certeza que é o sonho de todos os brasileiros, como governo sim, temos que enfrentar muitas dificuldades sim, teremos que enfrentar com certeza, mas também temos certeza que não vai faltar vontade de trabalhar, de lutar, de buscar forças para construirmos um Brasil melhor.

Tive a felicidade de conviver já nesta Casa por dois anos como deputada estadual, e nesses 2 anos, Nereu, com os deputados de Oposição, muitas vezes denunciávamos aqui o governo Jaime Lerner, e ontem quando o governador Roberto Requião usava desta tribuna e falava da situação com que encontrou o Estado do Paraná, eu mais uma vez me convenci que todos os deputados de Oposição tinham razão em denunciar, em brigar para que o nosso Estado fosse moralizado. E o governador Requião deixou bem claro aqui ontem, o Estado se encontra numa situação muito frágil, e é preciso pulso firme, e vai precisar contar muito com o apoio de todos os

deputados, e na ânsia de acertar, de criar um novo Estado, um Estado também com justiça social, com ética, com seriedade, pode ter certeza, que nós do Partido dos Trabalhadores estaremos juntos, lutando por propostas sérias, por propostas que venham fazer acontecer o desenvolvimento do nosso Estado.

Desta forma, estaremos juntos com o governo Roberto Requião, com muitos paranaenses, lutando pelo bem do nosso Estado pelo bem do povo paranaense.

É assim que pensamos e vamos trabalhar, pelo melhor do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

PFL, PSDB, PTB. Termina o Horário das Lideranças. Liderança do Governo, horário destinado à Liderança do Governo. Por dez minutos, o senhor Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, senhores deputados.

Vou utilizar o horário da Liderança do Governo para encaminhar a votação do objeto de discussão da Sessão de hoje.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná teve uma atitude que orgulhou a todos os paranaenses, constatou no município de Matinhos uma grave irregularidade.

Primeira irregularidade constatada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pela investigação de sua auditoria.

Havia uma certidão proferida por um conselheiro do Tribunal de Contas dando baixa nas questões administrativas do município de Matinhos, que foi constatada ilegal. Falsificação da assinatura do conselheiro Rafael Iatauro.

Isto trouxe um processo de investigação mais amigável da investigação do município. Constatou-se que além da fraude, da certidão negativa do Tribunal de Contas, no Sistema Integrado de Vigilância dos municípios. Ao constatar a entrada, as receitas e despesas, sobretudo tributárias, mobiliárias, do município de Matinhos, a auditoria constatou ainda, um desencaixe na ordem de 17% da arrecadação própria do município de Matinhos. O processo de investigação constatou que o município de Matinhos tinha um banco conveniado com o município, que deveria receber as autenticações do cumprimento das obrigações dos municípios. Pagamento de IPTU, ISS, pagamento dos tributos próprios do município e descobriu-se que, o município de Matinhos tinha uma caixa registradora, em local próprio do município que faziam essas operações.

Constatou-se que os contribuintes iam fazer o cumprimento e o pagamento, faziam nesse caixa separado, fora do expediente bancário e a contabilidade não fechava.

O desencaixe apurado pelo Tribunal de Contas está na ordem do seguinte: volumes de recursos auferidos ilegalmente pela administração municipal.

IPTU - arrecadado: 918.188,00; contabilizado: 509.796,00; desviado: 398.392,00; ITBI - arrecadado: 896.124,00; contabilizado: 354.624,00; desviado: 541.499,00; Dívida Ativa - arrecadado: 1.570.460,00; contabilizado: 523.428,00; desviado: 1.047.000,00, somente da Dívida Ativa). Total geral: 3.384.774,00 - arrecadação; 1.397.849,00 - contabilizado; 1.986.923,00 - desviado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Diante desta apuração e desta irregularidade, o Tribunal de Contas não restou dúvida ao voto do conselheiro Luiz Fernando Guimarães, que foi acatado pelo Plenário do Tribunal de Contas, solicitando ao governador do Estado, como prevê a Constituição do nosso Estado, a intervenção no município de Matinhos.

Ao governador do Estado não caberia outra atitude, a não ser enviar à Assembléia Legislativa o pedido de intervenção. Como prevê a Constituição do nosso Estado, o Poder Legislativo tem 24 horas para apreciar o pedido de intervenção no município de Matinhos.

Está de parabéns o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que inicia este ano e esta nova Legislatura de 2003 num novo prisma, com uma nova característica, aquilo que a população brasileira e a população do Estado do Paraná que quer um País com ética, com responsabilidade dos seus administradores públicos.

E compete a nós, deputados estaduais, de todos os partidos aqui na Assembléia, referendar o pedido de intervenção do governador, porque é correto, foi com base num estudo sério feito pelo Tribunal de Contas. E vamos estar dando um exemplo para todos os prefeitos e para todos os administradores públicos, sejam vereadores, sejam deputados estaduais, sejam governadores, que no Paraná há um novo caminho. O caminho da ética e da responsabilidade perante a opinião pública.

É este o apelo que faço à maior parte, à totalidade dos deputados estaduais, que acompanhem o pedido do governador do Estado, apoiando o pedido de intervenção no município de Matinhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, OF/CTL/SEEG nº 061/2003, subscrito pelo senhor governador do Estado do Paraná, constante do expediente, indicando o nome do senhor José Maria de Paula Correia, RG nº 587.582-PR, para ser nomeado interventor do Estado, no município de Matinhos.

nhos-PR. **Lido no expediente e convocado o Dr. José Maria de Paula Corrêa para a Arguição Pública na Sessão do dia 19.02.2003.**

Ofício nº 159, subscrito pela senhora Procuradora-Geral de Justiça do Estado, constante do expediente, solicitando o desarquivamento e a conseqüente recolocação na pauta dos trabalhos legislativos, no exercício corrente, para apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 760/2002, de iniciativa desta instituição, encaminhado a essa Presidência, através do Ofício PGJ nº 2638, de 04 de dezembro de 2002, protocolado nessa Casa de Leis sob o nº 9962, de 04.12.2002. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 160, subscrito pela senhora Procuradora-Geral de Justiça do Estado, constante do expediente, solicitando o desarquivamento e a conseqüente recolocação na pauta dos trabalhos legislativos no exercício corrente, para apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 761/2002, de iniciativa desta instituição, encaminhado a essa Presidência, através do Ofício PGJ nº 2301, de 03.12.2002. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Nelson Garcia, constante do expediente, informando que está filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro- PTB, com assento nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Edson Praczyk e Chico Noroeste, constante do expediente, indicando o nome do deputado Chico Noroeste para exercer a Liderança do Partido Liberal- PL, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Barbosa Neto, Wanderlei Iensen, Renato Gaúcho e Neivo Beraldin pertencentes à Bancada do PDT, constante do expediente, indicando o nome do deputado Neivo Beraldin para exercer a Liderança do partido nesta Casa no período de 2003 a 2004. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Ratinho Júnior, Reni Pereira e Luciano Ducci, constante do expediente, indicando o nome dos deputados Ratinho Júnior e Luciano Ducci para exercerem as funções de Liderança e vice-Liderança, nesta Casa representando o Partido Socialista Brasileiro- PSB. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos deputados Ademar Traiano, Francisco Bühner e Nelson Tureck, constante do expediente, indicando o nome do deputado Ademar Traiano para exercer a Liderança do Partido da Social Demo-

cracia Brasileira nesta Casa - PSDB. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Fernando Ribas Carli, Miltinho Puppio, Duílio Genari e Cida Borghetti, constante do expediente, indicando o nome do deputado Duílio Genari para responder pela Liderança do partido Progressista Brasileiro- PPB, e os demais deputados responderão pela vice-liderança nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Durval Amaral, Nelson Garcia, Elio Rusch, Cleiton Kielse e Plauto Miró Guimarães, membros da bancada do PFL, constante do expediente, indicando o nome do deputado Plauto Miró Guimarães, para responder pela Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Ângelo Vanhoni, Elton Carlos Welter, Natálio Stica, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas, Hermes Fonseca, Padre Paulo Campos e Tadeu Veneri, membros da Bancada do PT, constante do expediente, indicando o nome da deputada Luciana Rafagnin para responder pela Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Ademir Bier, Artagão Júnior, Elza Correia, Nereu Moura, Alexandre Khury, Dobrandino da Silva, Delegado Braddock, membros da bancada do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do deputado Antônio Anibelli para exercer a Liderança do partido nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Waldir Leite, Arlete Caramês e Marcos Isfer, constante do expediente, indicando o nome do deputado Waldir Leite para exercer a Liderança do Partido Popular Socialista-PPS nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos deputados Luiz Carlos Martins e Geraldo Cartário, constante do expediente, indicando o nome do deputado Luiz Carlos Martins para exercer a Liderança do Partido Social Liberal - PSL, nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. EDSON PRACZYK (**Pela Ordem**)

Tendo em vista que o objeto do projeto do nobre colega é idêntico ao nosso, eu sugeriria a retirada do mesmo, porque fica sem sentido.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Eu solicitaria que fosse mantido o projeto, uma vez que nós protocolamos ontem, inclusive.

O SR. EDSON PRACZYK (Pela Ordem)

Senhor presidente, tendo em vista o nosso projeto ser da legislatura passada, acredito eu que predomine.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Este projeto está recebendo apoioimento do Plenário. Ele fica, com a ressalva do seu voto contrário ao apoioimento, e temos tempo para encaminhar a votação, e dá para fazer um consenso ou a votação decidirá.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Edson Praczyk, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 9 (nove) de autoria do deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis) de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 6 (seis) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 09 (nove) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis) de autoria do deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 004, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoioimento dos deputados Marcos Isfer, André Vargas, Carlos Simões e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária de hoje, em Comissão Geral. Recebemos ontem, de acordo com o artigo 107 do Regimento Interno, e colocamos em votação, o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiado por 26 deputados. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2003, de autoria da Comissão Executiva que aprova a intervenção do Estado no município de Matinhos pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. **Sem Pareceres.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovada a intervenção do Estado no município de Matinhos, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com base nos incisos II e III do artigo 35 da Constituição Federal e nos incisos II e III do artigo 20 da Constituição Estadual.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 17.02.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Governo do Estado do Paraná
DECRETO Nº 496

O governador do Estado do Paraná, nos termos do art. 35, incisos II e III, da Constituição Federal e do art. 20, inciso II e III, da Constituição Estadual, tendo em vista a resolução nº 460, de 13 de fevereiro de 2003, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e a representação contida no Ofício nº 97, de 13 de fevereiro de 2003, do presidente daquela egrégia Corte e o constante dos Processos de Auditoria nºs 02/2003 e 03/2003, onde restou comprovado que efetivamente o município de Matinhos deixou de prestar contas na forma de lei e ainda

deixou de cumprir a exigência constitucional e legal de aplicar o mínimo exigido da receita municipal da manutenção e desenvolvimento do ensino, além de outras graves irregularidades.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o município de Matinhos sob a intervenção do Estado pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar desta data, limitada a medida ao âmbito do Poder Executivo, sendo em consequência afastado de seu cargo o prefeito municipal.

Art. 2º - Sem prejuízo de sua imediata execução, este decreto será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa Estadual na forma constitucional exigida.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data.

Curitiba, 14.02.2003.

182º da Independência e 115º da República

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ALDO JOSÉ PARZIANELLO

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

OF. Nº 097/2003

Curitiba, 13 de fevereiro de 2003.

Exmo. Sr. Governador:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., toda a documentação atinente à deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, objeto da Resolução nº 460/2003-TC, que trata da recomendação da decretação, de ofício, da intervenção do Estado junto ao município de Matinhos.

Nesta oportunidade, manifesto a V. Exa. a segurança do meu respeito.

Cordialmente,

(a) HENRIQUE NAIGEBOREN

Presidente

Exmo. Senhor

Dr. Roberto Requião de Mello e Silva

Governador do Estado do Paraná

N/Capital

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Resolução nº: 460/2003

Protocolo nº: 28530/2003

Origem: Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Interessado: Município de Matinhos

Assunto: Relatório

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do voto escrito do relator, conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães,

R E S O L V E :

I - Aprovar os Relatórios de Auditorias de nºs 02/2003 e 03/2003, elaborados pela comissão designada pela Portaria nº 267/2002-TC.

II - Comunicar, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, os fatos, conclusões e achados de auditoria, bem como cópias dos relatórios nºs 02/2003 e 03/2003, dos pareceres da diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, inclusive do relatório e voto aprovado, com recomendação da decretação, de ofício, da intervenção do Estado junto ao município de Matinhos, conforme dispõe a parte inicial do § 1º, do artigo 20, da Constituição Estadual.

III - Comunicar o Ministério Público Estadual, para a adoção das medidas civis e criminais, visando à responsabilização criminal dos envolvidos e a efetiva restituição dos valores aos cofres municipais, procedendo as medidas cautelares de arresto e indisponibilidade dos agentes públicos.

IV - Comunicar o Tribunal de Contas da União, para a apuração das irregularidades na utilização dos recursos oriundos do convênio nº 1318/2001, Processo nº 59050.000229/2001-9, celebrado entre a União (através do Ministério da Integração Nacional) e o município de Matinhos, conforme apontado no Relatório nº 03/2003, às fls. 2376 dos autos.

V - Encaminhar ao Exmo. Sr. Governador as sugestões constantes da parte final do voto do Conselheiro Relator (letra “e”, fls. 5576), quando da fixação dos limites da intervenção estadual.

VI - Determinar, nos termos do voto do conselheiro relator, a apuração das responsabilidades e continuidade dos trabalhos investigatórios, em processos regulares distintos, na forma constante do item “I” da parte final do referido voto, com a preservação dos feitos, inclusive das denúncias em tramitação, ao conselheiro relator Fernando Augusto Mello Guimarães.

VII - Autorizar a aplicação do inciso I, do art. 155, do Código de Processo Civil.

Participaram da Sessão os Conselheiros Nestor Baptista, Heinz Georg e Fernando Augusto Mello Guimarães, e os auditores Roberto Macedo Guimarães, Marins Alves de Camargo neto e Caio Marcio Nogueira Soares.

Presente o procurador do Estado junto a este Tribunal, Gabriel Guy Léger.

Sala das Sessões, em 13.02.2003.

(a) HENRIQUE NAIGEBOREN

Presidente

Como foi aprovado o requerimento que transforma o Plenário em Comissão Geral, designo o deputado Antonio Anibelli para relatar.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Incumbido por V. Exa. para relatar este Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2003, é o seguinte o relatório:

“Oriundo da Mensagem Governamental nº 001/2003, quando o Poder Executivo encaminha à Assembleia Legislativa do Paraná para a apreciação e

aprovação nos termos do artigo 20, inciso 2 e parágrafo 1º e 2º do Decreto nº 496, e com base nas disposições do artigo 87, inciso 9º da Constituição Estadual, a intervenção do Estado no município de Matinhos pelo prazo de 365 dias, a fim de que o interventor a ser nomeado providencie a regularização dos fatos apontados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Fundamentação: A não observância pela Prefeitura Municipal de Matinhos aos dispostos nos incisos II e III do artigo 20 da Constituição do Estado do Paraná, ensejou que o egrégio Tribunal de Contas enviasse ao governador do Estado, o Ofício nº 092 de 2003, recomendando a decretação da intervenção do Estado naquele município. Ao ser comprovado que o município de Matinhos efetivamente deixou de prestar contas, na forma da lei e ainda deixou de cumprir a exigência constitucional legal de aplicar o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino, o governador do Estado baixou o decreto nº 496, decretando a intervenção do Estado no município”.

A nossa conclusão, depois de ouvirmos o encaminhamento do líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, é a seguinte:

“Sendo assim, opinamos que a solicitação governamental está embasada sob o aspecto legal, constitucional e regimental, razão pela qual apresentamos parecer favorável ao projeto de decreto legislativo interno.

Sala das Sessões, em 18.02.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI”

Esta é a conclusão, senhor presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão. Em votação.

Deputados que aprovam o relatório, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Discussão Única do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2003. **Aprovado.**

Esta Presidência tem a honra de informar ao Plenário, a indicação das lideranças das referidas Bancadas desta Casa:

PL - Chico Noroeste; PDT - Neivo Beraldin; PSB - Ratinho Júnior; PSDB - Ademar Traiano; PPB - Duílio Genari; PFL - Plauto Miró Guimarães Filho; PT - Luciana Rafagnin; - PMDB - Antonio Anibelli; PSL - Luiz Carlos Martins; PTB - Valdir Rossoni; PPS - Valdir Leite.

Sobre a mesa Requerimento nº 005, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 027 e 093, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 035 a 039, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 055, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 056, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 057, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 058, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 092, de autoria do deputado Jocelito Canto, com apoio dos deputados Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Chico Noroeste, Artagão Júnior e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 059, de autoria dos deputados Hermas Brandão, Jocelito Canto, Plauto Miró Guimarães e Alexandre Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 060 a 062, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 071 a 072, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 076, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 082, de autoria dos deputados Plauto Miró Guimarães e Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 086, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 088, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Sessão Plenária de amanhã, dia 19 de fevereiro de 2003, será marcada para arguição pública do interventor indicado para o município de Matinhos, pelo Exmo. Sr. governador do Estado, conforme inciso 19º do Artigo 54 da Constituição Estadual.

Acabo de receber, neste momento, do governador Roberto Requião, o seguinte ofício:

(Lê:)

“OFÍCIO 061/2003

Senhor Presidente:

Através deste, venho a presença de V. Exa. para, na forma do preceito contido no artigo 54, inciso 19º letra “B” da Constituição Estadual, submeter deliberação dessa augusta Assembléia Legislativa, o nome do vice-prefeito, advogado José Maria de Paula Corrêa, RG nº 587.582 PR, para ser nomeado interventor do Estado no município de Matinhos, cuja intervenção, objeto do

decreto nº 496 de 14 do corrente mês, mereceu a necessária aprovação dessa Casa de leis na data de hoje.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado”

De acordo com a Constituição Estadual e do nosso Regimento Interno, faremos um convite ao Exmo. Sr. Dr. José Maria Corrêa para, no Horário Regimental da Sessão de amanhã, estar presente para ser devidamente questionado pelos senhores parlamentares desta Casa.

Após esse questionamento, em votação secreta, será votada a sua indicação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria que V. Exa. solicitasse aos líderes partidários, que amanhã comparecessem à sala da Presidência,

por volta das onze horas da manhã, para que possamos começar os entendimentos das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido os líderes dos Partidos para amanhã, na sala da Presidência, para uma reunião para discutirmos já a instalação das Comissões na próxima segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, uma Sessão para arguição pública do interventor do município de Matinhos, indicado pelo senhor governador do Estado, conforme o inciso XIX, do artigo 54 da Constituição Estadual.

Levanta-se a Sessão.